

FRANCISCO CAMPOS

# O ESTADO NACIONAL

*Sua estrutura  
Seu conteúdo  
ideológico*

*Livraria JOSE' OLYMPIO Editora*

## A POLITICA E O NOSSO TEMPO

Aspecto tragico das épocas de transição — Educação para o que der e vier — A sophística moderna — Papel do mytho sorrelano — Fichte e a sua fórmula pathetica — Primado do irracional — Tentativa de definição — Aparição de Cesar — O mundo politico fóra construido á imagem do mundo forense — Quando o baixo profundo de Caliban interrompeu a voz de Ariel — Clima das massas — A technica do Estado totalitário ao serviço da democracia — Queremos Barrabás! — Deslocamento do centro da decisão politica — Um conto chinês — Como se forma a vontade dos povos — Amor fati.

Conferencia no salão da Escola de Belas Artes, em 28 de setembro de 1935.

### Aspecto tragico das épocas de transição

Quando escolhi o thema deste monologo, não pensei na vossa e na minha impaciência. Ao primeiro golpe de vista, porém, percebi que o caminho era difficil e, sobretudo, longo. E que o melhor para nos distrahir da caminhada não seria um monologo, que a torna mais fatigante e monotona, mas uma immensa e alegre controvérsia, em que cada um, sem outro interesse que não fosse o interesse pelo jogo das idéas, contéssasse, em voz alta, o que realmente pensa sobre o mundo dos negócios humanos. Esse mundo está mudando á nossa vista, e mudando sem nenhuma attenção para com as nossas idéas e os nossos desejos. Nelle a nossa geração não encontra resposta satisfactoria ás questões que aprendeu a formular, nem quairam com as soluções que lhe foram ensinadas por uma laboriosa educação os problemas que desafiam a sua competência. Que esta é a situação em que nos encontramos ha mais de vinte annos é o que mostra, com relevo extraordinario, o movimento que se vem operando na educação. A esta é que incumbe, com effeito, adaptar o homem ás novas situações. Nenhum sector, portanto, reflectirá com mais fidelidade a inquietação contemporanea do que aquelle cuja funcção consiste precisamente em adaptar o homem ao ambiente espiritual do nosso tempo. Ora, o que se nota nesse dominio é que vae, por elle uma grande desarrumação. Os valores consagrados foram postos em duvida, sem que se fizesse a sua substituição por outros valores. O que caracteriza a educação, em nossos dias, é que ella não é uma educação para este ou aquelle fim, para um quadro fixo, para situações mais ou menos definidas, mas não sei para que mundo de possibilidades indeterminadas; não uma educação para taes ou quais problemas, porém uma educação para problemas, uma educação que se propõe não a fornecer soluções, mas a crear uma attitude funcional do espirito, isto é, attitude para o que

que, seja o que for e de onde quer que venha, como a da sen-  
tinelia attenta, noite escura, ás sombras e aos rumores.

Não ha mais soluções, nem problemas que possam anteci-  
padamente ser postos em equação. Ha apenas uma situação  
problematica, ou, antes, situação que muda segundo uma razão  
que ainda não conseguimos fixar. De onde não poder a edu-  
cação exercer-se sobre problemas definidos, que, postos hoje  
em certos termos, terão amanhã configuração diversa, exigindo  
novo exame e outra posição relativa dos elementos. Acontece,  
no entanto, que essa é uma educação ainda á procura dos seus  
métodos, — si é possível, numa educação para problemas, en-  
contrar-se um método que não seja igualmente problematico.  
O facto é que os métodos tradicionaes foram postos de lado  
e que ainda não foram encontrados os novos métodos. Esta-  
mos diante do problema de como tratar satisfactoriamente não  
problemas definidos, mas simplesmente problemas de que não  
podemos anticipar os termos ou prever a configuração dos ele-  
mentos. Esta só poderá ser, evidentemente, a educação do fu-  
turo e para o futuro. Ha, porém, o problema das gerações já  
educadas, ou em curso de educação, das que foram ou estão  
sendo educadas num determinado clima espirital ou no  
presupposto de haver problemas definidos susceptiveis de  
soluções definidas. Essas gerações foram ou estão sendo  
educadas por um mundo anterior ao actual, por um mundo em  
que havia typos e archetypos, por um mundo de espirito plato-  
nico, um mundo de ordem e de hierarchia, um mundo de mode-  
los e de fórmulas, em que os problemas eram docéis e educados  
como essas arvores de jardim que obedecem, ao seu crescimento,  
á direcção do jardineiro. E emquanto, na pedra de aula, no  
papel e nas prelecções, os educadores construíam os modelos  
segundo os quaes haviam de configurar-se os problemas huma-  
nos, estes, como si o mundo houvesse passado da escala de Pla-  
tão para a de Heraclito, estavam mudando, e mudando num  
sentido estranho, porque segundo uma razão que não era a  
da mecanica dos quadros negros e sob a influencia de valores  
não computados na tabulação das pessoas educadas. Daí,

o mundo da interpretação — construído segundo os nossos  
desejos, e o mundo da realidade, — refractante a um systema  
interpretativo, em desacordo com a escala e o passo dos acon-  
tecimentos

E' o aspecto tragico das épocas chamadas de transição

A época de transição é precisamente aquella em que o pas-  
sado continúa a interpretar o presente; em que o presente ainda  
não encontrou as suas fórmulas espirituas, e as fórmulas espiri-  
tuas do passado, com que continuamos a vestir a imagem do  
mundo, se revelam inadequadas, obsoletas ou desconfortaes, pela  
rigidez, com um corpo de linhas ainda indefinidas ou cuja subs-  
tancia ainda não fixou os seus polos de condensação. Nós  
fomos educados pelo passado para um mundo que se suppunha  
continuar a modelar-se pela sua imagem. O nosso systema de  
referencias continuou a ser o que fôra calculado para um num-  
do de relações definidas ou constantes, mas nós nos vemos con-  
frontados com uma realidade em que as posições não com-  
pondem ás fixadas na carta topographica. O que chamamos  
de época de transição é exactamente esta época profundamente  
tragica, em que se torna agudo o conflicto entre as fórmulas tra-  
dicionaes do nosso espirito, aquellas em que fomos educados e  
de cujo angulo tomamos a nossa perspectiva sobre o mundo, e  
as fórmulas inéditas sob as quaes os acontecimentos apresentam  
a sua configuração desconcertante.

Nas épocas de transição, o presente, ainda não acabada a  
resonancia da sua hora, já se converteu em passado. O demo-  
nio do tempo, como sob a tensão eschatologica da proxima e  
derradeira catastrophe, parece acelerar o passo da mudança,  
fazendo desfilar diante dos olhos humanos, sem as pausas a  
que estavam habituados, todo o seu jogo de fórmulas que, nas  
condições normaes, teriam que ser distribuídas segundo uma  
linha de successão mais ou menos definida e coherente. Daí,  
o caracter problematico de tudo: acelerado o rhythmico da mu-  
dança, toda situação passa a provisoria, e a attitude do espirito  
ha de ser uma attitude de permanente adaptação não a situações  
definidas, mas simplesmente de adaptação á mudança. A

função normal do espirito (normal pelo menos em relação aos  
casos até então consagrados pela escala de referencias, ou  
ou não como valida fossem quaes fossem as circumstancias)  
passou a ser precisamente o opposto, isto é, a de mudar perpe-  
tuamente o seu systema de referencias, em função de posições  
em movimento.

### Educação para o que der e vier

Nunca se poz em qrestão, de uma vez, tão grande numero  
de pontos de fé. Nunca falhou em tão grande escala a con-  
fiança humana na coherencia do universo do pensamento e do  
universo da acção.

Ha uma vocação do mundo moderno para os problemas e  
um correspondente scepticismo em relação ás soluções. Póde-  
se dizer que o homem do nosso tempo poz de novo em equação,  
transformando-as em problemas, todas as soluções que consti-  
tuam a sua herança intellectual, politica e moral. A educação  
reflecte esse estado de cousas. O que se quer é que ella seja  
uma educação para problemas, e não para soluções, não para  
este ou aquelle regime de vida, pois não se sabe ou não se  
acredita saber em que quadro de linhas moveis e fluctuantes irá  
o homem viver. Como educar para a democracia, si esta não  
é hoje senão uma capharnaum de problemas, muitos dos quaes  
propondo questões cuja solução provavel implicará o abandono  
dos seus valores basicos ou fundamentaes? Educação indivi-  
dualista ou educação para um mundo de massas, de coopera-  
ção ou de configuração collectiva do trabalho, do pensamento  
e da acção?

Nem uma, nem outra cousa, mas uma educação para o que  
der e vier, como se estivessemos preparando uma equipe de  
aventureiros para uma expedição em que tivessem de consumir  
a sua vida, adaptando-se a circumstancias que não poderíamos  
prever e realizando obras e trabalhos nunca antes realizados  
pela raça humana. A problematica de hoje envolve todos os  
aspectos da vida. A nossa substancia espiritual, si se póde

chamar de substancia o movimento, é toda ella embebida de  
problemas. Perdemos as acquisições substanciaes do passado e  
não constituímos ainda novo patrimonio. Um patrimonio spiri-  
tual é um conjunto de valores organizados segundo um es-  
teta mais ou menos coherente de referencias em que cada um  
tem a sua posição definida em relação á dos demais.

Pois bem; desarturamos o systema de valores que consti-  
tuia a nossa herança espiritual. Não ha mais uma relação fixa  
ou constante entre os valores. Todos elles tornam-se rela-  
tivos, e não apenas no sentido de serem relativos entre si, ou a  
um valor fundamental, mas de serem relativos simplesmente,  
isto é, de não guardarem entre si nenhuma relação. Si se  
póde chamar sophistica a essa attitude problematica do espiri-  
to, a sophistica de nossos dias não se póde comparar, em dimen-  
são espiritual, com a sophistica dos gregos.

### A sophistica moderna

Entre Socrates e os sophistas havia um dialogo, ou uma  
discussão, porque um e outros admitiam valores communs, pelo  
menos um valor, — o valor de verdade. A sophistica de hoje,  
continuando embora a empregar a linguagem dos valores tradi-  
cionais, eliminou a substancia de qualquer valor, até do valor  
de verdade, pois a sua significação passou a ser exactamente o  
contrario, o valor de verdade não consistindo a rigor na  
verdade, mas naquillo que, não sendo a verdade, funciona, em-  
tretanto, como verdade. Teremos oportunidade de ver a im-  
portancia dessa attitude do espirito não mais no plano da espe-  
culação, porém da mais pratica das praticas, que é a pratica po-  
litica. Veremos, com effeito, como se constituiu uma theologia  
politica que tem por substancia a affirmação de que o seu dogma  
fundamental deve ser acreditado como verdadeiro, conquanto de-  
clare que o seu valor não é precisamente um valor de verdade.  
A theologia soreliana do mytho politico não é mais do que uma  
applicação, como o reconhece o seu proprio autor, da philoso-  
phia de Bergson e, pensamos nós, mais directamente do pragma-

Assim a acção e do seu conceito de verdade. Do mesmo modo, Sorel chegou á conclusão de que só uma revolução total mudará o systema de posições de forças economico-politicas, cujas injustiças tanto o imprensaram. No seu entender, porém, aquella revolução não resultará fatalmente das condições internas do regime capitalista, como queria Marx, pois a estrutura social é mais complexa do que a descrevia pelo marxismo, que a reduziu á opposição entre duas classes. A idéa de Marx não é verdadeira, mas, aproveitada como verdade, constitue o unico instrumento capaz de conduzir á grande revolução. Convem, portanto, cultivar a idéa de luta de classes e forjar um instrumento intellectual ou, antes, uma imagem dotada de grande carga emocional, destinada a servir de polarizador das idéas ou, melhor, dos sentimentos de luta e de violencia, tão profundamente ancorados na natureza humana.

Esta imagem é um mytho. Não tem sentido indagar, a proposito de um mytho, do seu valor de verdade. O seu valor é de acção. O seu valor pratico, porém, depende, de certa maneira, da crença no seu valor theoretico, pois um mytho que se sabe não ser verdadeiro deixa de ser mytho para ser mentira. Na medida, pois, em que o mytho tem um valor de verdade, é que elle possui um valor de acção, ou um valor pragmatico.

#### Papel do mytho soreliano

O papel do mytho soreliano é, portanto, equivoco, e nisto reside a sua principal vantagem, ou a principal vantagem que lhe attribue Sorel, e que consiste em ser irrefutavel: *quand on se place sur le terrain des mythes, on est à l'abri de toute refutation*. A impossibilidade de refutar Sorel está exactamente em que elle attribue ao mytho dois valores contradictorios: o valor de verdade para os que acreditam no mytho, e o valor de artificio puramente tecnico para os que sabem que se trata apenas de uma construcção do espirito. Atacado do ponto de vista da theoria do conhecimento, Sorel sorri da objeção, alle-

gandé que elle propõe não uma verdade, mas o opposto da verdade. Mas, quando atacado, no terreno pratico, pelo argumento de que o mytho só funcionará como motivo de acção enquanto conservar o seu valor de verdade, responderá que isto equivale a reconhecer ao mytho um valor puramente de verdade, porque o que nella se postula é a impossibilidade da sua realização e, portanto, o seu caracter ultimo e final de unverificavel. A sophistica actual tem dois criterios de verdade, a verdade que se sabe ser a verdade, pois, si não houvesse um criterio da verdade, não haveria como distinguir entre mytho e verdade, e a verdade que, embora não sendo verdadeira, figurará indefinidamente como verdade, porque o que ella postula da realidade é, por definição, insusceptivel de verificar-se. A refutação de Sorel torna-se, assim, impossivel, não porque a sua doutrina seja irrefutavel, mas porque elle mesmo se encarrugou de refutal-a por antecipação. Não se atromba, evidentemente, uma porta aberta, nem se toma de assalto uma fortaleza abandonada. Não se poderá, no entanto, contestar que a fortaleza tenha sido occupada, porque nella já não se encontram os seus defensores.

A duplicidade do mytho, no sentido soreliano, não se limita apenas ao plano theoretico. Toda technica, ainda a do espirito, é indifferente aos fins. A technica espirital da violencia, que Sorel havia construido com o fim de tornar agudo o antagonismo entre duas classes, mobilizando-as para uma guerra permanente, tinha por objecto, de accordo com as tendencias e sympathias intellectuales do auctor, dissolver a unidade do Estado, construida pelos juristas, graças ao emprego de methodos artificiosos de racionalização, proprios á theologia, no multiverso politico do syndicalismo.

#### Fichte e a sua formula pathetica

Aconteceu, porém, que a technica espirital da violencia, destinada por Sorel a dissolver a unidade do Cosmos politico, haveria de ser empregada, logo depois, num sentido absoluto-

...do é, no sentido de pôr fim á luta de  
 fronte oposto, unidade politica do Estado. Ao polythe-  
 ismo e reforça e pelos mesmos processos intellectuaes de  
 guerra e refugio de Sorrel, e de maneira victoriosa, a theo-  
 cracia politica de Sorrel, oppunha-se, em seu discurso de outubro de  
 1922 em Napolis, antes da marcha sobre Roma, dizia Musso-  
 lini a grandza da nação? Aliás, não ha, no nacionalismo ita-  
 liano e alleno, nenhum contendo espiritual novo. O mytho  
 da Nação já se encontrava construido com todo o seu ethos e,  
 sobretudo, o seu pathos, nos Discursos de Fichte á Nação  
 allemã. A rhetorica nacionalista dos nossos dias, por mais alto  
 que tenha elevado a sua nota de paixão, ainda não encontrou  
 fórmulas em que se condensasse com mais vigor do que nas de  
 Fichte a carga emocional do mytho totemico do moderno ma-  
 triarchado politico nacionalista: "A aspiração natural do ho-  
 mem é realizar, no temporal, o eterno. O homem de coração  
 nobre possui uma vida eterna sobre a terra. A fé na duração  
 eterna da actividade do homem na terra funda-se na esperanza  
 da duração eterna do povo que lhe deu a existencia. O cara-  
 ter racial do seu povo é o elemento eterno ao qual o homem liga  
 a sua propria eternidade e a de toda a sua obra. E' a ordem  
 de coisas eternas na qual o homem põe o que elle mesmo tem  
 de eterno".

A declaração da Carta del Lavoro sobre a unidade da na-  
 ção faz o papel de uma pallida formula juridica, destituída de  
 alma e de fé diante das formulas patheticas de Fichte sobre a  
 unidade e a eternidade da nação. A unidade desta não se funda  
 na unidade do regime juridico, representada pela Constituição  
 e pelos Codigos, mas no sentimento de que a nação é o envol-  
 to do eterno. Nunca o Estado totalitario encontrou uma  
 expressão mais energica do que esta: "O Estado, alto admi-

ministrador dos negocios humanos, autor respectivo, diante de  
 Deus e perante a sua consciencia, de todos os seus membros  
 tem plenamente o direito de constrenger estes allimos á sua  
 propria salvação. O valor supremo não é o homem, mas a  
 nação e o Estado, aos quaes o homem deve o sacrificio do corpo  
 e da alma".

Tudo que constitue o contendo espirital dos novos regi-  
 mes politicos já se encontra no romantismo allemão. O Estado  
 racionalista, racista, totalitario, a submersão dos individuos no  
 seio totemico do povo e da raça, é o Estado de Fichte e de Hegel,  
 o pathos romantico do inconsciente colectivo, seio materno dos  
 desejos e dos pensamentos humanos. O que é novo é a alian-  
 ça do scepticismo com o romantismo, o emprego, pelos sophistas  
 contemporaneos, das constellações romanicas como instrumento  
 ou como tecnica de controle politico, tornando activas, através  
 da resurreição das fórmulas archaicas do pensamento colectivo, as  
 emoções de que ellas continuam a ser os polos de condensação  
 e de expressão symbolica. Aliás, o estado de alma favoravel  
 á germinação dos mythos politicos da violencia já vinha sendo  
 preparado antes da guerra. Esta acabou por libertar forças que  
 até então se vinham mantendo em estado latente graças á creença,  
 embora já vacillante, em certas fórmulas tradicionaes de cultura  
 moral e politica, de que o grande conflicto acabou por mostrar  
 a tenuidade, para não dizer ausencia, de substancia ou de me-  
 ditilla espirital. As philosophias anti-intelectualistas do fim  
 do seculo XIX e do principio do seculo XX, dando ao scepti-  
 cismo das élites novos fundamentos na razão, não lhes forneceram,  
 porém, novos conteudos espirituaes, a não ser a vaga indicação,  
 tanto mais poderosa quanto mais vaga, de que os valores supre-  
 mos da vida não constitrem objecto de conhecimento racional,  
 podendo apenas ser traduzidos em symbolos ou em mythos, isto  
 é, em expressões destituídas de valor theorico, cuja função  
 não é dar a conhecer, mas tão somente reviver os estados de  
 consciencia ou as emoções de que são apenas a imagem mais  
 ou menos inadequada.

... e das milhas, e um só tempo integrantes de forças e libertadores de forças elementares da alma. A integração política pelas forças racionais é uma integração total, porque o absoluto é uma categoria archaica do espirito humano. A política transforma-se dessa maneira em filosofia. Não há formas relativas de integração política, e o homem pertence, além e no corpo, à Nação, ao Estado, ao partido. As categorias da personalidade e da liberdade são apenas illusões do espirito humano. Só é livre o que perde a sua personalidade, submergindo no seio materno onde se forjam as formas collectivivas do bem e da acção, ou, como diz Gentile, aquelle que abita o interesse geral como o seu proprio e cuja vontade seja a vontade do todo. O individuo não é uma personalidade espiritual, mas uma realidade grupal, partidária ou nacional. É o reconhecimento da relação em que estava o homem primitivo com o seu clan.

### Tentativa de definição

Façamos uma breve pausa para vêr si conseguimos reagrupar, numa tentativa de configuração, as características espirituales do nosso tempo, ou do novo cyclo de cultura que parece abrir-se, com a nossa época, para a humanidade. A politica é solidaria das outras formas de cultura. Não é um dominio isolado, senão um elo na cadeia de formas espirituales, cuja constellação dá a cada cultura a sua configuração individual ou os seus caracteristicos physiomicos. A irracionalidade e o sentimento da mudança, eis as duas notas dominantes ou as tonicas da alma contemporanea. As categorias collectivivas do pensamento e da acção constituem hoje as formas espirituales expressivas do nosso tempo, em todos os dominios da actividade humana. Ha como que uma volta á communhão totemica, sensível nas grandes concentrações urbanas do mundo moderno, nestas, o phenomeno, apenas em começo, da tendencia á supercondensação não somente sob a forma de habitações collectivivas, como sob todas as demais formas de vida em commun, em que

... no centro da vida o primado do irracional. Assim se instalava de formas collectivivas de vida, o principio geral e mais abrangido por intermedio de cujas forças subconscientes se tomava possível realizar, de modo organico ou totalitario, a integração politica, que o emprego da técnica ou menos completa de maneira precaria e parcial. O Estado somente obtivera de integração politica total, e o mytho, a técnica é o instrumento mais adequada, a technica intellectualista que é a sua expressão mais adequada, a technica intellectualista de integração do inconsciente colectivo para o controle politico da nação. Assim, as philosophias anti-intelectualistas forneceram aos scepticos não uma fé ou uma doutrina politica, mas uma técnica de golpe de Estado. Ao serviço dessa technica espiritual collocou o maravilhoso arsenal, construido pela intelligencia humana, de instrumentos de suggestão, de intensificação, de ampliação, de propagação e de contágio de emoções, e tendo o quadro dessa evocação faustica dos elementos archaicos da alma humana, de cuja substancia nebulosa e indefinida compõe a medulla intellectual da theologia politica do momento.

Não ha para esta theologia processos racionais de integração politica. A vida politica, como a vida moral, é do dominio da irracionalidade e da inintelligibilidade. O processo politico será tanto mais eficaz quanto mais inintelligivel. Somente o apello ás forças irracionais ou ás formas elementares da solidariedade humana tornará possível a integração total das massas humanas em regime de Estado. O Estado não é mais do que a projecção symbolica da unidade da Nação, e essa unidade compõe-se, através dos tempos, não de elementos racionais voluntarios, mas de uma cumulação de residuos de natureza inteiramente irracional. Tanto maiores as massas a serem politicamente integradas, quanto mais poderosos hão de ser os instrumentos espirituales dessa integração, a categoria intellectual das massas não sendo a do pensamento discursivo, mas a das



todo se torna típica uniforme e colectivo, ou em que todos participam de tudo, por que ha uma participação reciproca ou cada um está em relação aos outros em um estado mais ou menos equívoco de participação ou de communhão. As fórmulas de vida humana ou pessoal tendem a desaparecer. O estado de massa ignora a individualidade de massa, propaga e intensifica as expressões próprias a essa mentalidade. A moderna theologia politica é o resultado de uma cultura de massa, pois que, em cada época, os processos espirituaes de integração politica só podem ser determinados pelas fórmulas expressivas ou dominantes da sua cultura. Já houve uma integração pela fé, nas épocas de religião, e uma integração, ou antes, uma tentativa de integração politica por processos intellectuaes, ou ao menos de apparencia intellectual, quando as massas, em razão do seu volume relativamente reduzido e da deficiencia da technica das communicações ou melhor, do contagio, eram antes um elemento passivo, ainda não doado, como em nosso tempo, de unidade de alma e de acção. Ora, uma integração politica, num regime em que se torna possível organizar e mobilizar as massas, só se pode operar mediante forças irrationaes, e a sua traducção só é possível na linguagem bergsoniana do mytho, — não, porém, de um mytho qualquer, mas, precisamente, do mytho da violencia, que é aquelle em que se condensam as mais elementares e poderosas emoções da alma humana.

Condensemos, porém, o pensamento, procurando indicar, em alguns traços, de valor apenas suggestivo, as demais notas que se agrupam em torno das duas tonicas a que já nos referimos — a irrationabilidade e o sentimento da mudança. A volta á communhão totemica, formula synthetica que tenta exprimir esse estado de participação reciproca criado pela fórmula moderna da vida ao quadro da massa, tem como resultado a attribuição de um valor especial ás categorias instinctivas e irrationaes do pensamento e da acção, categorias em que a alma collectiva encontra a sua traducção espontanea e natural. A irrationabilidade e a tendencia á mudança — esta ultima tão profundamente ligada ás fórmulas emotivas do pensamento e categoria especifica

da logica do irracional em dois sentimentos — determinamos a fronteira nas forças abstrusas da geração, collocando no estado dos valores, acima do ser, que é a categoria olympica ou masculina — a da ordem, da hierarchia, da clareza, da intelligencia, do razào, — o "em ser", a preferencia pelo que não se deve traduzir em fórmula coerente, a aspiração faustica, sem pelo defnido, o mundo dos desejos, a que falta a ordem na unidade paterna, confundido ou identificado com o mundo da realidade, o frenesi dionysico, que procura exorcisar o demónio do tempo não pelo sentimento do eterno, mas por meios ritmicos e temporaes, — a velocidade, a instantaneidade, a simultaneidade. O homem moderno entrega-se ao "em ser" com a illusão de ser mais do que o ser, que é para elle a métrica, isto é, a objectividade, a lucidez, o reconhecimento do limite entre o mundo dos desejos e o da realidade. Pragmatismo, bergsonismo, theosophismo, espiritismo, communismo, instrumentos de exorcismo da autoridade olympica ou paterna, que imprimem ordem, hierarchia, disciplina ás tendencias e paixões, que elles visam libertar da fórmula e da medida, ou antes, meios de satisfacção de desejos contrariados pela realidade.

O mytho é o meio pelo qual se procura disciplinar e utilizar essas forças desencadeadas, construindo para ellas um mundo symbolico, adequado ás suas tendencias e desejos. O mytho sobre que se funda o processo de integração politica terá tanto mais força quanto mais nelle predominarem os valores irrationaes. O mytho da nação incorpora grande numero desses elementos archaicos. O seu contexto não é, porém, um contexto de experiencias immediatas. Elle constitue-se, em grande parte, de abstracções ou pelo menos de imagens destituídas, pelo caracter remoto das suas relações com a experiencia immediata de uma carga affectiva actual ou capaz de organizar a configurar, numa synthese motora, as imagens com que não está em ligação directa ou em relação de continuidade. A personalidade é um mytho em que o tecido dos elementos irrationaes é mais denso e compacto. As massas encontram no mytho da personalidade, que é constituído de elementos de sua experiencia immediata, um poder de expressão symbolica maior do que

que mythos em cuja composição entram elementos abstractos ou abstrahidos mediante um processo mais ou menos intellectual de inferencias e illações. Dahi a antinomia, de apparencia irracional de ser o regime de massas o clima ideal da personalidade, a politica das massas a mais pessoal das politicas, e não ser possível nenhuma participação activa das massas na politica da qual não resulte a apparição de César. O mytho da nação, que constitua o dogma central da theologia politica sob cujo regime vive uma das zonas mais volumosas e significativas da cultura contemporanea, já se encontra abaixo da linha do horizonte, enquanto assistimos á ascensão do mytho solar da personalidade, em cuja mascara de Gorgona as massas procuram ler os decretos do destino.

#### Apparição de César

As massas encontram-se sob a fascinação da personalidade charismatica. Esta é o centro da integração politica. Quanto mais volumosas e activas as massas, tanto mais a integração politica só se torna possível mediante o dictado de uma vontade pessoal. O regime politico das massas é o da dictadura. A única forma natural de expressão da vontade das massas é o plebiscito, isto é, voto-acclamação, apello, antes do que escolha. Não o voto democratico, expressão relativista e sceptica de preferéncia de sympathia, do póde ser que sim póde ser que não, mas a forma univoca, que não admite alternativas, e que traz á attitude da vontade mobilizada para a guerra.

Ha uma relação de contraponto entre massa e César. Os ouridas habitudos a distinguir, á distancia, o rumor das cousas que se approximam, percebem, sob o tropel confuso das massas, cuja sombra começa a dominar o horizonte da nossa cultura, os passos do homem do destino.

Essa relação entre o cesarismo e a vida, no quadro das massas, é, hoje, um phenomeno commun. Não ha, a estas horas, paz que não esteja á procura de um homem, isto é, de um ho-

mem charismatico, ou marcado pelo destino para dar as razões da massa uma expressão symbolica, impetrando a unidade de uma vontade dura e poderosa ao chaos de angustia e de medo de que se compõe o pathos ori a demencia das representações collectivas. Não ha hoje um povo que não clame por um Cesar. Podem variar as dimensões espirituas em que cada povo representa essa figura do destino. Nenhum, porém, encontrando a mascara terrivel, em que o destino tem posto o signal inconfundivel do seu charisma, deixará de collocar-lhe nas mãos a taboa em branco dos valores humanos.

#### O mundo politico fóra construido á imagem do mundo forense

A entrada das massas no scenario politico, com o seu irremediavel pathos plebiscitario e os novos instrumentos mythicos de configuração intellectual do processo politico, que é, de si mesmo, ou, por natureza, irracional, ou apenas susceptivel de uma intelligibilidade parcial, já está exercendo sobre elle uma influencia decisiva, no sentido de tornar-o cada vez mais irracional, e de latente em ostensivo o estado de violencia, que espantate o potencial energetico até aqui dissimulado pelas ideologias racionalistas e liberates, e do qual, em ultima analyse, resultam as decisões politicas. Essa influencia traduz-se, de modo particular, pelo divorcio, hoje confessado, entre a democracia e o liberalismo. O systema democratico-liberal fundava-se, com effeito, no presuposto de que as decisões politicas são obtidas mediante processos racionais de deliberação e de que a dialectica politica não é um estado dynamico de forças, mas de tensão puramente ideologica, capaz de resolver-se num encontro de idéas, como si se tratasse de uma pugna forense. Haveria aqui toda uma pagina a escrever sobre a influencia da mentalidade forense e da sophistica juridica na tentativa de dissimulação ou subtilização da substancia de irracionalidade que constitue, de modo especifico, a medulla do processo politico.

O systema intellectual, que constitue o presupposto ou a primeira maior intelligencia do liberalismo do mundo forense, ampara o mundo politico á imagem do mundo forense, amparado ao plano em ao theatro da acção politica as categorias formalisticas do processo do foro, no quadro das quaes se resolvem, por uma balança de argumentos ou uma dialectica de idéas e idéas, de accordo com as premissas ou presumpções infantis do pensamento juridico, os conflitos submetidos á arbitragem do juiz. Para essa psychologia intellectualista, as decisões resultam exclusivamente de elementos intellectuales, a substancia irracional da vontade representando apenas um instrumento passivo destinado a obedecer aos decretos da razão e a executal-os. De accordo com esses presupostos intellectualistas é que se constitui a theologia democratico-liberal. Para esta, com effeito, a decisão politica é objecto de um processo puramente intellectual, não se reservando outro papel á vontade que o de cumprir as decisões da intelligencia. Dahi a divisão dos poderes: de um lado, o parlamento, delibendo pela technica das discussões ou da dialectica racional, de cujo funcionamento resultariam, por hypothese, as decisões politicas; de outro lado, o executivo, centro da vontade, e a que se reserva não a faculdade de tomar decisões, mais simplesmente a de executar a deliberação do parlamento. A extensão desses presupostos a todo o processo democratico, e, particularmente, ao da formulação da vontade geral, dá a imagem schematica da applicação dos processos forenses ás deliberações politicas. Ha, de certo, no processo democratico, um irreductivel momento de irracionalidade, que é, precisamente, o da formulação da vontade geral mediante o voto. A este momento, porém, a democracia faz proceder, como no processo parlamentar das decisões politicas, o da livre discussão, destinado a esclarecer as vontades convocadas a participar da deliberação final. A eleição, que é um julgamento de Deus, vem, assim, a revestir-se, como a decisão do juiz no processo forense e a dos representantes do povo no processo parlamentar, de uma apparencia de racionalidade, que satisfaz plenamente ás modestas exigencias intellectuales do systema. Este, porém, só se completa por um presupposto ultimo e final, que é o da existen-

cia de uma opinião publica em que as razões de um e de outro lado são cuidadosamente pesadas em vista de uma decisão racional ulterior. A technica de formulação, ou de organização, em um fóro contínuo, do conglomerado chaotico das opiniões individuais, de cuja condensação num polo unico se constitue a opinião publica, é o arsenal com que o liberalismo contribue para o aparelhamento intellectual da democracia a libertade de reunião, de associação, de imprensa e das demais manifestações do pensamento. Segundo o postulado liberal, o processo politico, passando por essas phases de tratamento ou de elaboração forense, dá em resultado decisões conformes á razão, ou ao criterio de justiça ou de verdade.

A publicidade e a discussão constituem garantias de que as decisões politicas incorporarão no seu contexto os elementos de razão e de justiça, que formam, segundo o optimismo beato do systema liberal, o fundo inalienavel da natureza humana. A publicidade e a discussão passam a ser, assim, o sortilegio mediante o qual o orphismo democratico fascina as forças chaoticas do inconsciente colectivo, submettendo-as á disciplina da razão, e operando, dessa maneira, a transformação da força em direito, e da dynamica dos interesses e tendencias em conflicto em uma delicada balança de idéas, diante de cujos resultados a vontade se inclina em reverencia.

### Quando o baixo profundo de Caliban interrompeu a voz de Ariel

Durante algum tempo, o systema pôde funcionar segundo as regras do jogo, porque o processo politico se limitava a realuzidas zonas humanas e o seu conteúdo não envolvia senão estados de tensão ou de conflicto entre interesses mais ou menos susceptíveis de um controle racional e accessíveis, portanto, ao tratamento academico das discussões parlamentares. De repente, porém, amplia-se o quadro: o controle politico abraça-se massa cada vez mais volumosa de interesses, entre os quaes o estado de conflicto tende a assumir a fórma de tensão polar,

trifurcação dos processos femininos de persuasão da sophística forense, e as zonas humanas do poder vêm augmentadas, em escala sem precedentes, a sua area, a sua densidade, e sobre-tudo a sua impetuosidade consequente á instabilidade das relações dynamicas entre os centros de interesse de cujo contacto resulta, effezivamente, a scintilla das decisões politicas. Verificou-se, enfão, que a concepção forense do mundo, construida pelo liberalismo para uma phase eminentemente benigna de tensões ou de conflicto economico e politico, de cujos estados de emphase se compõe a substancia da historia, conseguira apenas dissimular, graças ás fórmulas attenuadas e á escala reduzida do processo politico, a irracionalidade que é da sua essencia e constitue o seu caracter especifico. Sob a mascara socratica com a qual a risonha levandade do racionalismo tentara dissimular aos seus proprios olhos o caracter tragico dos conflictos politicos, a democracia começa a perceber os traços terriveis da Gorgona multiforme e a distinguir, intervindo na aria composta para o delicado registo de voz de Ariel, o baixo profundo de Caliban, entoadando o canto da sua libertação das garras historicas do ostracismo. Durante seculos, as forças cresceram, encadeadas e em silencio, esperando que soasse a hora com que o destino costuma advertir que é chegada a sua vez de impingir á historia o sello do seu caracter tragico e a configuração demoniaca do seu estylo. Ahi começa para os homens a tarefa de decifrar o enigma da intelligivel relação entre a vontade humana e a grandeza ou a envergadura dos acontecimentos que excedem os propositos ou as intenções a que os nossos habitos racionalistas costumam attribui-los ou imputal-os. As grandezas historicas — as que mordem na terra o seu signal indelevel — têm tanta relação com a vontade deliberada do homem quanto o signal de Salomão com os insondaveis designios do destino.

#### Clima das massas

Nós começamos a penetrar num desses climas historicos, que se encontram sob o signal do destino.

#### O Estado Nacional

O clima das massas é o das grandes tensões politicas, e as grandes tensões politicas não se deixam resolver em termos intellectuaes, nem em polemicas de idéas. O seu processo dialectico não obedece ás regras do jogo parlamentar e desconhece as premissas racionalistas do liberalismo. Com o advento politico das massas, a irracionalidade do processo politico, que o liberalismo tentara dissimular com os seus postulados optimistas, torna-se de uma evidenciação tão lapidada, que até os professores, jornalistas e litteratos, depositarios do patrimonio intelectual da democracia, entram a tener pelo destino theorico do seu thesouro ou da summa theologica cuja substancia espirital parece ameaçada de perder a sua preciosa significação.

Assistimos, enfão, a essa manobra de grande estylo das instituições democraticas: o seu divorcio ostensivo e declarado do liberalismo. O regime de discussão, que não conhecia limites, passa a ter fronteiras definidas e intransponiveis. A opção, presupposto basico da livre discussão e do systema de opinião, só pôde exercer-se entre termos mais ou menos indifferentes, ou entre os quaes não exista um estado agudo de tensão, de conflicto polar ou de extremada antinomia. As decisões politicas fundamentaes são declaradas tabú e integralmente subtraídas ao principio da livre discussão. O systema consuetudinal é dotado de um novo dogma, que consiste em presuppôr acima da constituição escripta, uma constituição não escripta, na qual se contem a regra fundamental de que os direitos de liberdade são concedidos sob a reserva de se não envolverem ao seu exercicio os dogmas basicos ou as decisões constitucionales relativas á substancia do regime. A' opinião demarca-se, dessa maneira, um campo reduzido de opção, no qual tão sómente se encontram as decisões secundarias ou os themas paratidarios que não interessam os polos extremos do processo politico, exatamente aquelles em torno dos quaes se organizam e concentram as constellações de interesse e de emoção de maior poder ou de mais intensa carga dynamica. Assim, a democracia, para salvar as apparencias de racionalização do seu systema politico, recorre, como ultima ratio ou como recurso de defesa dos resultados do liberalismo, a que ella sempre esteve tão intimamente

assim, nos processos irracionais de integração política, transpondo as decisões fundamentais, sobre cuja correção não admittia controvérsias, em dogmas, em relação aos quaes, como nas ideologias políticas autoliberaes, exige, pelo menos, as maiores hesitações de assentimento e da conformidade. Illuminando os exteroses do principio de liberdade de opção, com a amplitude do seu sistema o principio de liberalismo, a democracia apparece em que o havia formulado o sceptico, traço secundario que lhe devia a sua fortuna associada com a doutrina liberal, passando a ser um systema monista de integração politica. em que as decisões fundamentais são abertamente subtraídas ao processo dialectico da discussão, da propaganda e da publicidade, para serem imputadas a um centro de vontade, de natureza tão irracional como os centros de decisão politica dos regimes de dictadura. A pressão determinada pelo advento das massas determinou, assim, uma crise interna do regime democratico, levando-o, pelo abandono das suas premissas liberaes, a um estado de permanente contradicção consigo mesmo, estado este que não poderá, evidentemente, contribuir, senão de maneira transitoria, para a manutenção dos ultimos traços que ainda conserve da sua associação com o liberalismo. As condições de que resultou essa crise interna das instituições democraticas tendem, necessariamente, a desenvolver o seu poder de decomposição dos resídios liberaes, extendendo a outros termos, entre os quaes se venha a estabelecer um estado agudo de conflito, a immuniidade á discussão, já decretada pela democracia em relação a certas questões em torno das quaes veio a criar-se um estado mais accentuado de tensão ou de embalse emotiva da opinião pública. Ora, como as questões subtraídas á livre discussão pertencem ao numero daquellas sobre as quaes se concentra a maior carga de interesse, as forças que se polarizam no seu sentido tendem a abrir outros caminhos susceptíveis de levar a solução daquellas questões. Desta maneira, crescendo a tensão entre os methodos liberaes da democracia e as forças a que se recusa o uso dos instrumentos democraticos, cresce, tambem, a contingencia, para as instituições democraticas, de recorrer ao emprego, em escala cada vez maior, dos processos irra-

cionates de integração politica. A consequencia do desdramatamento desse processo dialectico sera, por forte, a transformação da democracia, de regime relativista ou liberal, em estado integral ou totalitario, deslocado, com velocidade crescente, o centro das decisões politicas da esphera intellectual da discussão para o plano irracional ou dictatorial da vontade. E' o que já se vem observando nos regimes democraticos, em que, dia a dia, augmenta a zona de proscricção ou de ostracismo politico, a que vão sendo relegadas as massas de opinião cada vez mais volumosas e significativas.

#### A technica do Estado totalitario ao serviço da democracia

Observa-se, ainda uma vez, no dominio politico, esse esbranho e obscuro processo dialectico, em virtude do qual o crescimento das instituições humanas, além de certo limite virtual, soffre uma brusca mutação em sentido contrario aos principios que pareciam haver presidido ao seu nascimento ou ás phases mais caracteristicas da sua formação. No fim de algum tempo, adoptada pela democracia a technica do Estado totalitario, á qual ella foi forçada a recorrer (por mais contrario-dictorio que pareça) para salvar as suas apparencias liberaes, a democracia acabará por assimilar o conteúdo espirital do adversario, fundindo-se dessa maneira em um polo unico duas concepções do mundo, tão aparentemente inconciliaves ou antitheticas. Aliás, a crise do liberalismo no seio da democracia é que suscitou os regimes totalitarios, e não estes aquella crise. A democracia havia criado um aparelhamento de apparencia racional, destinado a condizir o processo politico, sem maiores crises de tensão, a soluções ou decisões susceptíveis de mais largo e comprehensivo assentimento. A irracionalidade dos seus methodos, uma vez que se ampliou a escala dos acontecimentos e o vulto das questões, tornou-se, porém, de evidencia lapida. O principio basico do regime liberal era, com effeito, que as questões deveriam ser propostas e discutidas perante o forum

da opinião pública, afirm de que esta tomasse as decisões depois de sufficientemente esclarecida. Enquanto a área do governo se restringia a uma reduzida esphera de negocios, e particularmente aos mais simples e elementares, foi possível deliberar por aqueles processos, ou melhor, submeter ao voto da opinião soluções sobre as quaes já não havia divergencias agudas ou conflitos irritantes. As ultimas consequencias da revolução industrial criaram, porém, aos governos, novas e complexas funções, extendendo a área do seu controle de maneira a envolver na sua deliberação questões para cuja elucidação se exigem conhecimentos technicos e especializados cada vez mais remotos ainda a comprehensão das pessoas cultivadas. A densidade e extensão da área de governo torna cada vez mais inacessíveis a opinião os problemas do governo. Enquanto se tratava de questões susceptíveis de serem collocadas em termos de sentimento ou de encontrar resposta adequada ou satisfactoria na atmosphera de emoção originada dos debates publicos, ainda era possível o funcionamento do regime de opinião. Eram questões humanas por excellencia, no sentido de accessíveis ao entendimento ou ao sentimento geral. As questões que se encontram hoje no plano das cogitações do governo são, porém, de outra natureza. Ou são questões remotas á comprehensão geral, ou estranhas ao interesse geral, por não serem susceptíveis de despertar emoções sem as quaes não se estabelece nenhuma corrente de opinião publica, ou são questões que envolvem no seu seio, pelo menos em estado de latencia, taes possibilidades de antagonismo ou de conflicto, que propoem ao pronunciamiento da opinião seria expôr-se ao grave risco de provocar contra a sua decisão a resistencia violenta dos interesses em cujo prejuizo fosse ella proferida, e, portanto, tornar inevitavel uma forma de lucta que o processo democratico se propõe precisamente a evitar. De maneira que se restringe sempre mais o campo de opção reservado aos processos deliberativos, característicos das democracias liberaes. Circumstanciantemente com esses factores, uma nova circumstancia contribue para tornar o regime de opinião improprio ás funções que lhe foram attribuidas.

As prodigiosas conquistas scientificas e technicas, que sempre nam ser um dos temas preferidos do optimismo leato, nas suas exaltadas esperanças em relação á especie humana e ao seu aperfeiçoamento moral e politico, conteriram no império do irracional poderes verdadeiramente extraordinarios, magros ou surprehendedes. Eis ahí mais uma das autovias, que pa-recem inherentes á estrutura do espirito humano: a intelligencia contribuindo para formar mais irracional, ou inintelligivel, o processo politico. E' possível hoje, com effeito, e é o que acontece, transformar a tranquilla opinião publica do seculo passado em um estado de delirio ou de allucinação collectiva, mediante os instrumentos de propagação, de intensificação e de contágio de emoções, tornados possíveis precisamente graças ao progresso que nos deu a imprensa de grande tiragem, a radiodifusão, o cinema, os recentes processos de comunicação que conferem ao homem um dom approximado ao da ubiqüidade, e, dentro em pouco, a televisão, tornando possível a nossa presença simultanea em diferentes pontos do espaço. Não é necessário o contacto physico para que haja multidão. Durante toda a phase de campanha ou de propaganda politica, toda a nação é mobilizada em estado multitudinario. Nessa atmosphera de conturbacão emotiva, seria ridiculo admitir que os pronunciamientos da opinião possam ter outro caracter que não seja o dictado por preferencias ou tendencias de ordem absolutamente irracional. Já se disse das campanhas presidenciaes americanas, para traduzir o ambiente desordenado em que se processam, que cada uma dellas é uma libertinagem que dura quatro mezes. A opinião não pôde manifestar-se sobre a substancia de nenhuma questão. Ella toma simplesmente o seu partido, e por motivos tão remotos ou estranhos a qualquer nexo logico ou reflexivo, que se torna inintelligivel ou irreductivel a termos de razão o processo das suas inferencias. Ainda ha pouco, nos Estados Unidos, All Smith não foi eleito presidente da Republica pela unica circumstancia de ser catholico, facto do qual sómente por via de inferencias irrationaes poderia resultar a sua inaptidão para o governo.

É muita sabido que, na primeira eleição geral na Inglaterra, Lloyd George conseguiu a maioria, pois ele, por muito tempo, foi o ponto central da sua propaganda a promessa de en- fôrmente do Kauser, circunstancia da qual não se poderia in- terir nem a sua capacidade de administrador nem os meritos de seu programma de governo.

### Queremos Barrabás!

Fechemos, porém, com o maior dos exemplos, porque de- pois do seu nome nenhum mais poderá ser ouvido: Capítulo XVIII do Evangelho de São João. "Elles conduziram Jesus da casa de Caiphaz ao pretorio; era de manhã. Mas, elles não quizeram entrar no pretorio para não se manchar e afim de comer as paschoas. Pilatos sabiu, pois, ao seu encontro e disse: "Que accusação tendes contra este homem?" Elles lhe respon- deram: "Si não se tratasse de um malfetor, não o teriamos traído á tua presença". Pilatos lhes disse: "Julgae-o vós mes- mos, segundo a vossa lei". Os Judeus lhe responderam: "Não nos é permitido dar a morte a ninguem" — afim de que se realizasse a palavra que Jesus tinha dito, indicando de que morte elle devia morrer. Pilatos, voltando ao pretorio, chamou Jesus e lhe disse: "E's o rei dos Judeus?" Jesus respondeu: "E's tu que dizes isto ou outros t'ó disseram"? Pilatos respondeu: "E' que eu sou judeu? Tua nação e o chefe dos sacerdotes te entregaram a mim: que fizeste?" Jesus respondeu: "Meu reino não é deste mundo; si meu reino fosse deste mundo, aquellos que me servem ter-se-iam opposto á que eu fosse entregue aos Judeus, mas agora meu reino não é deste mundo". Pilatos lhe disse: "E's rei?" Jesus respondeu: "Tu dizes, eu sou rei e vim a este mundo para dar testemunho da verdade: quem é da ver- dade, escuta a minha palavra". Pilatos lhe disse: "Que é a verdade?" Dizendo isto, elle sabiu de novo ao encontro dos Judeus e lhes disse: "Para mim, elle não tem crime. Mas é costume que eu vos entregue alguém na festa de Paschoa,

27

Queris que eu vos entregue o rei dos Judas? Então, vós gritarás. Elle não mas Barrabás? Ora, Barrabás era um ladrão — terrão e evangelista.

### Deslocamento do centro da decisão politica

Si os processos democraticos nunca se destinam a convencer a verdade o adversario, mas a conquistar a maioria para, por intermédio da sua força, dominar ou governar o adversario, claro é que, dadas as circumstancias características do mundo contemporaneo, os processos de captiação da maioria só podem consistir em instrumentos de utilização da substancia irracional de que se compõe o tecido diffuso e incoherente da opinião. Assim, as instituições representativas já não têm um conteúdo espiritual que sirva de polo a um systema de crenças essencial para garantir a duração de todas as instituições humanas. A categoria da discussão, que era o processo forjado pelo libe- ralismo para instrumento intellectual das decisões politicas, já não comporta, pela propria natureza de que se reveste o pheno- meno politico, os termos entre os quaes se arma a curva de ten- são dos conflictos sociais e economicos do mundo contempo- raneo. As fórnas parlamentares da vida politica são hoje residuos destituidos de qualquer conteúdo ou significação espi- ritual. As proprias massas já perceberam que as tensões politi- cas se deslocam para outro plano de dimensões proporcionaes ás das forças em conflicto, e que não se trata, no processo politico, de resolver uma divergencia de idéas ou de pontos de vista intel- lectuaes, mas de compor um antagonismo de interesses, cada um dos centros em conflicto fazendo o possivel para reunir a maior massa de forças, afim de que a decisão final lhe seja inteiramen- te favoravel.

Na propria imprensa, em que de modo mais fiel se refle- ctam os interesses do dia, observa-se, em todos os paizes, uma in- differença crescente pelo que se passa nos parlamentos. Ninguem, hoje, tem duvidas de que o meridiano politico não passa mais pelas suas antecamaras ou pelas suas salas de sessões. O centro

de gravidade do campo político não cae onde reina a discussão, mas onde impera a vontade. Os corpos deliberativos deixaram de deliberar. A linguagem política do liberalismo só tem um conteúdo de significação didáctica, ou onde reinam os professores cuja função é conjugar o presente e o futuro nos tempos do pretérito. Para as decisões políticas uma sala de parlamento tem hoje a mesma importância que uma sala de museu. Há um episódio que desenha, com traços de caricatura, a situação de perplexidade a que chegaram os parlamentos.

#### Um conto chinês

Conta Spender, no seu livro sobre a vida publica na Inglaterra, que, em 1920, recebeu, na sala de redacção do seu jornal, a visita de tres sympathicos e intelligentes chinezes que desciavam ouvir a sua opinião sobre os negocios publicos da China e particularmente sobre o impasse verdadeiramente extraordinario em que então se encontravam. Era o caso que o parlamento se achava instalado, os deputados eram assíduos, assentavam-se regularmente, fallavam, tornavam a assentar-se e fallavam de novo. O ceremonial não deixava a desejar. Nada, porém, acontecia. Como Mr. Asquith não exercesse no momento nenhuma função official na Inglaterra e lhes parecesse que sómente um inglez poderia dar remedio á situação, pediam a Spender que os approximasse de Mr. Asquith, a vér se elle podia passar alguns mezes em Pékin, para transmitir aos chinezes a sciencia em a technica de fazer acontecer alguma cousa num parlamento. Mas, si nada acontecia no parlamento chinês, não era, evidentemente, por falta de congenialidade dos processos intellectuales que lhe são proprios com o temperamento de uma raça tão interior e abundantemente dotada para os jogos da intelligencia e a subtilidade das idéas. Nada acontecia no parlamento chinês, porque nada acontecia em nenhum parlamento do mundo, porque um parlamento é precisamente o lugar onde nada acontece e nada se decide. A politica vive, porém, de acontecimentos e de decisões. Si o centro a que a decisão é juridicamente imputada nada decide,

#### O Estado Nacional

forma-se immediatamente ao seu lado um centro de decisões *de facto*. Assim se resolveu na propria China, sem as luzes de Mr. Asquith, o impasse ou o estado de perplexidade do parlamento.

Na Alemanha, enquanto um parlamento em que já houve o maior numero de partidos procurava inutilmente chegar a uma decisão politica mediante os methodos discursivos da liberal-democracia, Hitler organizava nas ruas, ou fóra dos quadros do governo, pelos processos realistas e technicos por meio dos quaes se subtrahe da nebulosa mental das massas uma fração, ábrá e lucida substancia politica, o controle do poder e da nação.

Na França, quando se trata das grandes e graves questões, em que a opção envolve riscos e abre margem ao perigo, o parlamento, numa ostensiva confissão da sua abilia, transmite os plenos poderes a um Cesar temporario.

#### Como se forma a vontade dos povos

Quem quizer saber qual o processo pelo qual se formam effectivamente, hoje em dia, as decisões politicas, contemple a massa alemã, medusada sob a acção charismatica do Fuehrer, e em cuja mascara os traços de tensão, de ansiedade e de angustia traem o estado de fascinação e de hypnose.

Só pôdem ter duvidas sobre o aspero clima politico, em cuja atmosphera carregada de tensão mal começamos a penetrar, os homens que vivem em estado de ingenuidade em relação á experiencia immediata, ou num mundo de satisfação symbolica de desejos, em que tudo se passa como nos contos azules, ou no parlamento da China.

Esse mesmo estado de espirito é que julga possivel realizar, por processos racionais, não só a integração politica nacional, mas igualmente a internacional, ou a organização de toda a humanidade numa communhão de interesses e de fins. Para elle, com effeito, o conceito de politica é o conceito que os professores costumam dar da politica nos recintos hermeticos onde se fabricam modelos da realidade não á imagem desta, mas á



maneira dos sonetos ou dos archetypes platonicos que a imaginação projeta aos nossos desejos. O mesmo pensamento abstrahido que combia a politica interior como um conflicto de idéas, aquatitivel de resolver-se mediante os methodos da intelligencia dialectica ou da dialectica forense, transpondo esse conceito para o plano mundial, julgou possível realizar a organização de uma comunidade internacional, criando um *Forum Mundi*, em que um grupo de juristas, assistido por uma équipe de technicos, patha e resolveva em termos de razão a massa irracional de motivos por força dos quaes se arma entre as nações um arco de tensão politica e economica, sempre mais refractario a qualquer tratamento racional ou ideologico.

Assim, porém, como o processo democratico de integração politica deixou de funcionar quando cresceu em extensão e intensidade a area dos antagonismos, das tensões e dos conflictos internos, nós vemos, no dominio internacional, avolumar-se a massa das tensões economicas e politicas, particularmente as determinadas pela resurreição do mytho nacional e do consuetudinário Estado totalitario ou estado de massas. Ao armar-se mesmo á lucta pelos mercados consumidores e pelas materias primas — factores que tendem a assumir um caracter politico cada vez mais agudo — junta-se o mytho nacional, cuja função, na historia, foi sempre a de polarizar intensas correntes politicas, isto é, constellações dos mais poderosos motivos de antagonismos, de conflictos e de guerras. A integração politica totalitaria, apesar do nome, não consegue eliminar, de modo completo, as tensões politicas internas. Si conseguisse, deixaria de existir Estado, que é, precisamente, a expressão de um modo parcial de integração politica das massas humanas. O que o Estado totalitario realiza é — mediante o emprego da violencia, que não obedece, como nos Estados democraticos, a methodos juridicos nem á atenuação feminina da chicana forense — a eliminação das formas exteriores ou ostensivas da tensão politica. Ha, porém, elementos refractarios a qualquer processo de integração politica. No Estado totalitario, si desaparecem as fórmulas ativas do conflicto politico, as fórmulas potencias augmentam.

tam combudo de intensidade. Dahi a necessidade do Estado e massas em estado permanente de excitação, de maneira a tornar possível, a todo momento, a sua passagem do estado latente de violencia ao emprego effectivo da força contra as tentativas de quebrar a unidade do commando politico. Ora, não é em vão que se libertam, em tão grande escala, as reservas de violencia por tanto tempo accumuladas na alma collectiva. Essas reservas, que não podem ser restituídas ao estado de inação, têm de ser permanentemente utilizadas. De onde o facto do Estado totalitario ou nacional tender a derivar o estado de tensão interna para um estado de tensão internacional, — manobra que torna possível exaltar ainda mais os factores de irracionalidade que operaram e que continuam a garantir a integração totalitaria.

Essas as forças elementares que os juristas pretendem fascinar, não com a mascara de Medusa com que os Cesares paralyam o inconsciente colectivo em que se desencadeou o estado de violencia pela hypnose do medo ou do terror, mas com o sortilegio de formulas ou de cerimoniaes já destituídas de qualquer significação ou substancia espiritual. O processo politico, assim o nacional como o internacional, tem por medulla uma constellação polar, ou uma constellação em que existem, ao menos em estado virtual, dois campos nitidamente separados por uma linha ou zona de tensão. Esta constellação pôde, em determinados momentos, apresentar um estado de tensão atenuada, quando os conflictos, que constituem o seu conteúdo, não se armam entre termos extremos ou polares. Ha, no entanto, no processo politico, um estado latente de violencia, que pode resolver-se em estado de aggressão actual. Essa passagem do estado latente ao estado actual de violencia, que é uma possibilidade imminente ao processo politico, é o que se verifica, com frequencia, em certas democracias, em que ao julgamento de Deus das eleições se segue, com espantosa regularidade, o julgamento de Deus das revoluções.

Toda integração politica, por mais intelligivel que seja o seu processo, é sempre uma tentativa de racionalização do irracional. O irracional, porém, contém elementos absolutamente refractarios a todos os processos de racionalização. Ora, o

...político definido pela constelação polar, é eminente quanto ao aspecto do irracional ou do ininteligível. Não é possível a integração política total enquanto o homem, definitivamente, não se tornar como animal racional, conservar e defender, de preferência, o seu patrimônio hereditário. No dia em que a massa nacional fosse integrada politicamente de maneira a não deixar resíduos, ella deixaria simplesmente de ser Estado, que é um conceito politico, isto é, um conceito polemico, e menos que, como entidade nacional, entrasse em relação de tensão com outras massas nacionaes. De igual modo, admitir a integração politica da humanidade é postular um estado apolítico do homem, porque a humanidade não pode constituir um termo da constelação polar, em falta de outro termo com que pudesse entrar em relação de conflicto. A Sociedade das Nações, no dia em que, como *Forum Mundi*, pudesse exercer a funcção, que lhe é attribuida, de integrar politicamente a humanidade, deixaria de ser sociedade de nações, porque não haveria mais nações ou Estados a integrar.

Amor fati

Eu desejaria fazer as minhas despedidas com um conto azul. E' salutar, porém, de vez em quando, olhar a realidade na face e ler na sua mascara a mensagem que o destino a entregou de transmitir aos homens. Já soon, quasi simultaneamente em todos os meridianos, a hora da advertencia e do alerta. Já se ouve, ao longe, traduzido em todas as linguas, o tropejar das marchas sobre Roma, isto é, sobre o centro das decisões politicas. Não tardarão a fechar-se as portas do forum romano e a abrir-se as do Capitolio, collocado sob o signal e a invocação de Jupiter, ou da vontade, do commando, da auctoritas, dos elementos masculinos da alma, graças aos quaes ainda pôde a humanidade encarar de frente o seu destino. AMOR FATI.

DIRECTRIZES DO ESTADO NACIONAL

O novo Estado brasileiro — 1930 e 1937 — Democracia de partidos — As promessas do paraíso economico — Technica da violencia — O monarquoso aparelhamento de 1934 — Vícios do Poder Legislativo — Representação profissional — O espirito de reforma — O Brasil estava enjoado — Mytho do sufragio universal — Eleição do presidente da Republica — Municipios — Delegação do Poder Legislativo — Evolução da democracia — A nova declaração de direitos — Poder Judiciario — Direito de voto — Carácter democratico da Constituição — A machina administrativa — Liberdade — Liberalismo, marxismo, corporativismo — Educação — Imprensa — Conclusão.

Entrevista concedida á Imprensa, em novembro de 1937.

## O novo Estado brasileiro

O novo Estado brasileiro resultou de um imperativo de salvação nacional.

Como accentuou o chefe do Governo, no manifesto de 10 de novembro, quando as exigencias do momento historico e as solicitações do interesse collectivo reclamam imperiosamente a adopção de medidas que affectam os presupostos e convenções do regime, incumbe ao homem de Estado o dever de tomar uma decisão excepcional, de profundos efeitos na vida do paiz, acima das deliberações ordinarias da actividade governamental, assumindo as responsabilidades inherentes á alta função que lhe foi delegada pela confiança publica.

Identificado com o destino da Patria, que salvou em horas de extremo perigo e engrandeceu no maior dos seus governos, o sr. Getulio Vargas, quando se impoz aquella decisão, não faltou ao dever de tomal-a, enfrentando as responsabilidades, mas tambem revestindo-se da gloria de realizar a grande reforma que, pela primeira vez, integra o paiz no senso das suas realidades e no quadro das suas forças criadoras.

A sua figura passa, então, do plano em que se define o valor dos estadistas pelos actos normais de politica e administração, para o relevo historico de fundador do regime e guia da nacionalidade.

O povo, que o acclamou e por elle combateu, viu-o crescer, dia a dia, na sua confiança e na sua admiração, tornando-se o centro de convergencia dos anseios geraes e o interprete das inspirações cívicas que se reuniam para a reconstrução da Republica.

A marca dos predestinados e a estirpe dos conductores providencias affirmaram-se definitivamente no homem que satisfaz ás necessidades fundamentaes da vida publica, criando um novo Estado, no proposito de um Brasil novo.

Esclarecida e edificada pelas vicissitudes dos últimos tempos e pela grave lição do mundo contemporaneo, a opinião já se convencerá de que nos velhos moldes e através das antiquas fórmulas institucionaes seria impossível assegurar a existência e o progresso da Nação, em face das terriveis forças contra ella desencadeadas.

As experiencias impostas pelo feticchismo das theorizações obsoletas custaram tão caro á nossa terra e á nossa gente, que por ellas se firmou o consenso de que, sem a reforma corajosa e salvadora, agora, felizmente, executada, mais cedo ou mais tarde teria de succumbir a maravilhosa resistencia do organismo nacional.

Nessa consciencia collectiva encontrou as suas grandes razões a insurreição de 1930, em que ao movimento meramente politico se incorporou o impulso profundo e irresistivel das forças vitaeas da Patria, a abrir caminho para a sua evolução natural e a buscar, no espelho de sua physionomia, o retrato das suas verdades historicas, sociais e economicas, rompendo a máscara das fórmulas e das convenções que o desfiguravam.

### 1930 e 1937

Mas, a Revolução de 30 só se operou, effectivamente, em 10 de novembro de 1937.

E' enfão que todo o seu conteúdo se condensa no systema do Estado e a sua expressão politica se sobrepõe aos entrescriações ainda pela velha ordem de coisas, empenhada em deter a marcha triumphante do destino do paiz.

Por certo, com toda a força nova e o impeto original da Revolução, já realizara o governo provisório uma grande obra legislativa. Só o monumento das leis sociais, que deram compositão organica e cohesão nacional aos elementos de produção e de trabalho, basta para attestar a densidade do seu animo constructivo.

Apenas iniciada, porém, a Revolução foi captada pela politica que a fez abortar mediante seus processos emollientes e

afiliatorios. Ao formar os proprios instrumentos de acção política e gastou-se nos episodios de luta contra os velhos instrumentos do systema a que devia substituir e para ella se artastada através das insidiosas manobras dos que tinham interesse em desvirtuá-la e reduzi-la á impotencia.

Quando quiseram reagir os chefes da Revolução, já a politica se havia instalado no poder, precipitando a reconstrucionalização do paiz no sentido de consolidar a sua restauração. Foi esse o papel da Constituição de 34, que frustrou a Revolução da sua oportunidade, canalizando-lhe os impulsos nos mesmos conductos que ella visara romper e inutilizar.

Permanencia, assim, o problema politico na equação estabelecida antes de 30 e que o movimento de outubro procurara resolver.

Aggravara-se com o tempo e com o retorno ao que, por euphemismo, se chamara de normalidade, o contraste entre as realidades e as fórmulas juridicas do Estado, a inadequação dos textos basicos á verdade da vida brasileira, a divergencia irreductivel entre os preceitos theoreticos e a situação objectiva a que tinham de ser applicados. Os erros e os vicios de origem da velha ordem estabelecida tornaram-se tão evidentes que o seu conhecimento não se limitou ás élites, mas se estendeu ás multidões, formando-se um só jeitico quanto á necessidade de transformar-se o systema institucional para não sacrificar irremediavelmente o que construimos e levantámos de brasileiro em quatro seculos de Brasil.

É a energia revolucionaria, que se deixara adormecer pela Circé politica, acordou, em 10 de novembro, com uma decisão mais lucida e, sobretudo, com uma larga experiencia da absurda futilidade, para uma revolução, de transigr no seu começo, e antes de firmada nas suas posições, com a politica interessada, principalmente, em illudir, protelar e amortecer os impulsos criadores.

### Democracia de partidos

A crítica do regime passado foi feita em termos peremptórios e definitivos pelo Presidente da Republica, no manifesto com que, em 10 de novembro, se dirigiu á Nação.

O processo de decomposição do antigo regime chegava ao seu fim. Formava-se, em relação a elle, um denso estado de consciência collictiva, impermeavel ás mentiras e ás mystificações com que a politica ainda tentava dar ao paiz a falsa impressão da existencia de uma vida publica inspirada em nobres de interesse nacional.

A' ausencia de substancia politica e de expressão ideologica nas instituições, correspondia, nos partidos, a completa privação de conteúdos programmaticos, o que os transformava em simples massas de manobra e instrumentos mechanicos de manipulação eleitoral.

O manifesto de 10 de novembro exprime o consenso nacional, quando accentua: "Tanto os velhos partidos, como os novos em que os velhos se transformaram sob novos rotulos nada exprimiam ideologicamente, mantendo-se á sombra de ambições pessoais e de predomínios localistas, a serviço de grupos empenhados na partilha dos despojos e nas combinações opportunistas em torno de objectivos subalternos".

Entre esses quadros partidarios e o sentimento e a opinião do paiz não existia a menor correspondencia. Elles se haviam transformado, com effeito, em meros instrumentos de falsificação das decisões populares, ou em simples cobertura para a acção pessoal de chefes locais, ambiciosos de influencia no governo da Nação, mormente quando posta em fóco a questão da successão. Foi o que, com propriedade, o Presidente denunciou, no seu manifesto do dia 10:

"Chefes de governos locais, capitaneando desavogos e opportunistas, transformaram-se, de um dia para outro, á revelia da vontade popular, em centros de decisão politica, cada qual decretando uma candi-

datura, como si a vida do paiz, na sua significação collective, fosse simples conventionalismo, destinado a legitimar as ambições do caudillesmo proximo."

Assim desaparecido o conteúdo e o espirito dessas classicas formações politicas, dellas sobreviviam apenas as exterioridades e as apparencias, vazias de sentido e contida incessantemente invocadas para legitimar privilegios e interesses de pessoas e de grupos empenhados na conservação ou na conquista do poder.

Mas o systema não era apenas antiquado e inutil. Elle se tornara um instrumento de divisão do paiz, que os antagonismos de superficialidade, assim gerados, traziam em sobresalto constante, perturbando o seu regime de trabalho. Envenenado por uma lei eleitoral propicia á fragmentação e proliferação de partidos destituídos de substancia, o paiz perdia, sem remedio, a confiança em instituições a tal ponto inadequadas ao seu temperamento e ás suas tradições.

E', alias, o resultado inafivel das democracias de partidos, que nada mais são virtualmente do que a guerra civil organizada e codificada. Não pôde existir disciplina e trabalho constructivo num systema que, na escala dos valores politicos, subordina os superiores aos inferiores e o interesse do Estado ás competições de grupos.

Não foi outro o pensamento do Presidente, expresso no manifesto com que justificou, perante a Nação, a nova ordem politica estabelecida na Constituição do dia 10.

Esse obsoleto systema, tão desmoralizado pelo mau uso que lhe foi dado como inadequado ao quadro politico e economico do mundo, tinha que ser substituido por uma nova organização racional que permitta dar rendimento ás possibilidades nacionaes e constitua um desenvolvimento harmonioso dos principios que inspiraram a formação do paiz.

Disse-o, em seu manifesto, o Presidente: "Quando os partidos tinham objectivo de caracter meramente politico, como a extensão de franquias constitucionaes e reivindicações semelhantes, as suas agitações ainda podiam processar-se a superficie

do vida social, sem perturbar as actividades do trabalho e da produção. Hoje, porém, quando a inflação e o controle do Estado sobre a economia tendem a crescer, a competição política tem por objectivo o domínio das forças economicas, e a perspectiva da luta civil, que espia a todo momento os regimes dependentes das fluctuações partidarias, é substituída pela perspectiva incomparavelmente mais sombria da luta de classes.

Em tais circumstancias, a capacidade de resistencia do regime desaparece e a disputa pacífica das urnas é transportada para o campo da turbulencia aggressiva e dos choques armados.

### As promessas do paraíso economico

Disputando-se a preferencia do eleitorado — desse eleitorado mais ou menos improvisado, mais ou menos instruído sobre o que lhe incumbe, e, em todo caso, absolutamente heteroclitico quanto á sua formação e aos seus propositos — os candidatos promettem apenas os dividendos politicos com que os partidos do século passado costumavam acenar á sua clientela. Nos seus programmas, agora, já se multiplicam as promessas de um paraíso economico ou da plenitude gratuita dos bens, contanto que os votos de alguns milhares de homens os apontem como executores de uma hypothetica vontade geral, que outra não é, na realidade, senão a vontade particular e concreta de uma reduzida minoria que detem episodicamente ou fortuitamente as chaves da decisão politica.

O candidato não se propõe mais a ser o servidor da Nação, mas o distribuidor da sua riqueza e da sua renda, o provedor universal das necessidades humanas. "Elle tomará, pois, o vinho e o pão onde os mesinos se encontram: no celeiro dos ricos, na adega dos ricos, depois dos menos ricos. E, finalmente, dos que têm apenas o que comer, e, quando a riqueza nacional fundir entre os seus dedos, elle administrará a miseria e presidirá á fome".

Este é o resultado infallivel da demagogia, nos regimes em que a politica se apoderou da economia, erigindo-se em dispen-

### O Estado Nacional

sadora universal dos bens adquiridos e accumulados pelo trabalho dos individuos e pelo espirito de modestia, de previdencia e sacrificio das familias pobres e christãs.

### Technica da violencia

Si a democracia de partidos já não comportava a luta politica propria da época democratica e liberal, as novas formas de antagonismo politico, peculiares ao nosso tempo, aggravaram, de modo impressionante, os perigos que a democracia de partidos representa para a ordem e a paz publica.

Com effeito, contrastando com os antagonismos da época democratica e liberal, os quaes podiam desenvolver-se sem graves perigos para a ordem e a paz publica, mediante os processos classicos da discussão e da propaganda, porque á base e como limite da opposição politica existia o reconhecimento, pelos contendores, dos postulados e das convenções fundamentaes do regime, o antagonismo entre as novas formações partidarias do nosso tempo reveste-se de um caracter polar ou absoluto, não existindo terreno common de mediação ou entendimento entre a extrema esquerda e a extrema direita.

O uso de violencia, como instrumento de decisão politica, passou para o primeiro plano, relegando os processos tradicionais de competição, e onde quer que se abra a perspectiva dessa luta, torna-se imprescindivel reforçar a autoridade executiva, unica cujos methodos de acção podem evitar o conflicto ou impedir que elle assumia a figura e as proporções da guerra civil.

Dahi o facto de termos vivido, durante mais de quarenta annos, em regime constitucional theorico e em estado de inconstitucionalidade chronica, mal dissimulado por instituições que já haviam educado antes de viver.

Ora, não era possivel que continuassemos a viver de exedientes, emergindo do prolongado torpor dos tempos optimisticamente denominados normaes para os curtos periodos de excitação e de alarme, findos os quaes trocavamos a posição de

apela pela de responsabilidade e da injustificável e orga con-  
fusão, que sempre precários do destino.

#### O movimento aparelhamento de 1934

Criticando com exactidão a Constituição de 34, baseada nos  
modelos clássicos do liberalismo e do systema representativo an-  
tigo, a crise económica, social, política e espirital do mundo  
contemporâneo, e, portanto, inadequada para fazer face a essa  
nova situação, disse o Presidente, no manifesto de 10:

"A Constituição estava evidentemente atrasada em relação  
ao espirito do tempo. Destinava-se a uma realidade que deixara  
de existir. Conformada em principios cuja validade não resis-  
tira ao abalo da crise mundial, expunha as instituições por ella  
mesma criadas á investida dos seus inimigos, com a aggravante  
de enfraquecer e anemizar o poder publico".

Ao lado disto, mais preocupada com os falsos interesses  
regionaes do que com os authenticos interesses e aspirações da  
Nação, ella a deixou sem autoridade correspondente á sua rea-  
lidade geographica, economica e politica, ás suas funções moraes  
e responsabilidades historicas.

Ainda mais, na organização do governo predominou o espi-  
rito de embarçar os instrumentos efficazes de qualquer gover-  
no. O que lhe dava com uma das mãos, com a outra lhe tirava,  
para reabsorvel-o na irresponsabilidade e na incapacidade para  
a acção, que tanto distinguem o funcionamento dos órgãos col-  
lectivos. Desta maneira criou-se um formidável aparelhamento  
votado á abulia e á inacção pelo proprio mecanismo do seu funcio-  
namento, em que a iniciativa de uma peça encontrava a re-  
sistencia de outra, cujo destino era, precisamente, retardar, amor-  
tecer ou deter-lhe o movimento. Com tres annos de execução  
nominal, só restava da Constituição e da machina criada por ella  
uma carcassa immensa a que a vida fugira, mas que continuava  
a pesar sobre os hombros do povo, confiscando-lhe, para man-  
ter-se, boa parte da sua fortuna e do seu trabalho, e tentando  
congelar-lhe, nas suas fórmulas archaicas, a espontaneidade da  
vida politica.

#### Vícios do Poder Legislativo

O Poder Legislativo constituiu uma das grandes peças de ser-  
formidável aparelhamento. Entretanto, não haverá duas oim-  
niões em relação á incapacidade da peça para o fim a que se  
destinava. Criado para legislar, a sua função consistiu em con-  
gular as iniciativas de legislação.

O Senado Federal, como accentuou o Presidente, em seu  
manifesto, ainda se encontrava no periodo de definição das suas  
atribuições, procurando descobrir, nos textos confusos em que  
se lhe delineara a competencia, o lugar que lhe deveria caber no  
mechanismo do governo. Assim, um dos órgãos do Poder  
Legislativo permanecia perdido no limbo das abstracções cons-  
titucionaes.

De resto, a incapacidade do Poder Legislativo para legislar  
é hoje um dado definitivamente adquirido não só pela sciencia  
politica como pela experiencia das instituições representativas, em  
quasi todos os paizes do mundo, inclusive nos de tradição par-  
lamentar. Ora, a legislação é uma das funções essenciaes do  
governo. Si o órgão incumbido de legislar se demittira da  
sua função, cumpria substitui-lo urgentemente por outro  
processo capaz e adequado de legislação.

A impopularidade das camaras legislativas resultava, pois,  
da inadequação do órgão á função que lhe era conferida. Quando  
a machina parlamentar trabalhava segundo as regras da sua cons-  
trução e do seu funcionamento, do trabalho realizado sob a  
alta pressão que costuma reinar em todas as assemblies, onde  
o interesse só se mantem a poder de emoção ou de sensação,  
o resultado produzido não correspondia ao esforço e ao tempo  
empregados.

A comparação do vulto e do custo da machina com a pro-  
dução mofina que resultava do seu funcionamento gerava,  
no espirito publico, o justo sentimento de que a machina não  
foi construída para o fim apparente a que se destinava, mas  
para servir a outros fins ou para accommodar nos seus desvíos

que ahi se abria politica todos interesses gravitavam no sentido contrario ao dos interesses nacionaes.

Esse facto sustinido publico via-se, dia a dia, confirmado pelo desentendimento que frequentemente, nas camaras legislativas, se estabelecia com que se achavam interessados, e contra interesses privados, de pessoas ou de grupos, encontravam-se interesses pugnazes, que conseguiam sobrepor-se aos interesses da Nação.

Quanto mais se accentuava o divorcio entre a Nação e o parlamento, quanto mais este ultimo se mostrava incompetente para o desempenho da sua tarefa constitucional, tanto mais se dilatava o periodo do seu funcionamento, que tendia a tornar-se permanente, graças ás prorogações ou convocações extraordinarias, realizadas, umas e outras, com os mais futeis e insinceros pretextos, logo esquecidos no dia immediato ao da sua corajosa invocação.

A Nação, a Nação que trabalha e produz, não podia, evidentemente, ter como seu espelho ou sua imagem, para usar de expressão peculiar a uma forma de regime representativo já definitivamente superada, uma assembleia cuja vocação para as factas, á medida que se accentuava, mais se revelava exigente em relação aos privilegios e ás vantagens que a Nação lhe tinha largado e generosamente liberalizado.

Ao invés de collaborador do governo, o parlamento tendia, cada vez mais, a transformar-se em órgão de inutilidade das iniciativas realmente uteis ou proveitosas aos interesses nacionaes.

Das suas funções, a mais simples, a mais elementar e, ao mesmo tempo, fundamental — a elaboração orçamentaria — elle não a exercia com o alto pensamento de empunhar os recursos pedidos ao povo em obras, iniciativas ou despesas de utilidade real. O orçamento era apenas uma oportunidade para dispensar á clientela favores, concessões e liberalidades, destinados a fructificar em prestigio politico e resultados electoraes.

A obra orçamentaria, desorganizada pelas transações reciprocas entre interesses de grupos ou pretensões regionaes, dava bem a idéa de que, na representação nacional, ao a Nação não era efectivamete representada.

Todos os esforços realizados pelo governo no sentido de estabelecer o equilibrio orçamentario, não podiam vingar nella atmosfera em que os representantes da Nação, abusando manifestamente do mandato de que se achavam investidos, exerciam o poder de que dispunham ao serviço de interesses estranhos, quando não contrarios aos da collectividade que lhes cumpria representar, servir e defender. Foi este ainda um pensamento expresso pelo Presidente, no documento dirigido á Nação.

A phase parlamentar da obra legislativa do governo tinha, assim, constituido antes um embaraço do que uma collaboração digna de ser conservada nos termos em que a estabeleceu a Constituição de 1934, caduca em relação ao clima espirital e politico do nosso tempo e calculadamente infestada, por mãos subrepticias, de obices insuperaveis á efficacia nacional do governo. Conserva-la, como disse o chefe da Nação, seria, evidentemente, obra de espirito accommodatício e displicente, mais interessado pela clientela politica, que a Nação tem mantido por força de estrangimentos irresistiveis, do que pelas responsabilidades e pelos deveres que o sentimento publico vem apontando, ha muito tempo, aos homens em cujas mãos o paiz tinha depositado as suas esperanças e ansiedades.

Representação profissional

A representação profissional, que tinha por fim incorporar a produção ás responsabilidades do governo, faliou á sua principal função, como notou o Presidente, no manifesto.

São Palavras do chefe da Nação:

“Ao invés de pertencer a uma assemblea politica em que, é obvio, não se encontram os elementos essenciaes das suas actividades, a representação profissional deve constituir um órgão de cooperação na esphera do poder publico, em condições de influir na propulsão das forças economicas e de resolver o problema do equilibrio entre o capital e o trabalho”



Nunca se abonou a camara politica, nem serviu-se da politica politica em consideração de problemas suscitados dentro de uma governa eminentemente politica, como era a Camara dos Deputados.

As associações profissionais, que o espirito jacobino de- nunciou das suas funções publicas e do seu direito de cidade, devem participar dos conselhos do governo, por um processo adequado, em que possam exercer a sua influencia segundo a atmosfera, os methodos, os instrumentos proprios da sua na- ção, do seu espirito e do seu angulo visual, afim de que as ideias, que interessam á economia nacional provenham de algum centro de vontade qualificado para isso, e não, como succedeia em virtude do erroneo systema de representação ado- rado em 1934, de poderes não qualificados, e, por isso mesmo, irresponsaveis.

### O espirito de reforma

A Constituição de 10 de novembro abandonou a politica dos palliativos e das medidas parciais, condemnadas por anteci- pação a uma inefficacia tão completa e tão radical que o proprio espirito de reforma, essencial á saúde dos corpos politicos, já se sentia abatido na sua fé.

E esse espirito de reforma e de progresso que, esperamos, ha de subsistir, para que as instituições não se reduzam, como se achavam reduzidas, apenas ás apparencias, ao formalismo, ás exterioridades juridicas. Sem esse espirito publico, não é pos- sível comunicar a qualquer systema isolado uma politica pro- pria, que conduza á realização de fins superiores. Não pôde haver uma recta politica de educação, ou de defesa nacional, por exemplo, si a politica geral ou o espirito que rege a politica não está informado em nenhum dos criterios ou principios que presuppõe cada uma daquellas politicas que lhes são subordinadas.

### O Brasil estava enjoado

O quadro da vida politica do Brasil era precisamente o dessa descontinuidade e dispersão, antes que a grande decisão de 10 de novembro puzesse termo a um regime cuja condemnacão, si não estava em todas as boccas, podia, no entanto, ser lida sem difficuldade em todos os corações.

O Brasil estava cansado, o Brasil estava esgotado, o Brasil não acreditava, o Brasil não confiava. O Brasil pede ordem, e, dia a dia, agravava-se o seu estado de desordem. O Brasil queria confiar, e a cada acto de confiança se seguia uma decepção. O Brasil queria paz, e a babel dos partidos só lhe proporcionava intraquilidade e confusão. O Brasil reclamava decisão, e só lhe davam interminaveis discussões sobre principios em que nenhum dos controversistas acreditava. O verbo dos demagogos não é como o verbo divino; onde este cria, aquelle destróe, onde um illumina e distingue, o outro escurece, mis- tura e confunde.

Basta, porém, de critica. Vamos aos pontos capitais da nova Constituição. Examinemos os seus fundamentos. Lancemos sobre a construcção uma vista panorâmica. Que significa a nova Constituição? Quaes as coordenadas que a situam no pano- rama espirital do nosso tempo? Corresponde ás reaes condições da vida nacional? E' um instrumento efficaz de governo? E' uma Constituição democratica? Em torno de que eixos se orga- niza a massa das instituições politicas nella consagradas?

Perguntas a que tentarei dar respostas breves, claras e precisas.

### Mytho do suffragio universal

A maior parte dos eleitores não se preocupa com a cousa publica. A sua vida privada já lhes dá bastantes motivos de preocupação e de trabalho. Passam a maior parte do tempo alheios ás questões de politica, de administração e de governo.

Quando mobilizados para as campanhas eleitoraes, todos os problemas se apresentam de uma só vez á sua attenção, quasi todos complexos e a maior parte d'elles inintelligíveis á massa que não se encontra preparada para a comprehensão sequer de seus termos mais simples. Além disto, a apresentação dos problemas faz-se em campanha eleitoral do ponto de vista da propaganda, deformadas as questões pelos interesses partidários em jogo. Como, no meio da confusão e do rumor de uma campanha, querer que a massa possa fazer um juizo mais ou menos seguro sobre questões remotas á sua vida habitual e insusceptíveis de se clarearem pela attenção ordinaria que o homem da rua costuma dedicar aos assumptos do dia?

Cada vez mais os problemas em torno dos quaes se fere a luta dos partidos tendem a ser problemas technicos. As grandes questões, que, no seculo passado, se debatiam no campo da politica, eram questões geraes, susceptíveis de interessar ao maior numero e quasi todas participando da natureza do dogma politico, — a universalização do suffragio, a extensão de fraquias constitucionaes, as liberdades publicas, questões em que a emoção tinha maior lugar do que a razão. No mundo de hoje, essas grandes questões não se encontram mais na ordem do dia. As questões economicas e financeiras, as de organização da economia nacional, as do commercio interno e externo, questões sobretudo technicas, e, por sua natureza, incapazes de despertar emoção, passaram ao primeiro plano. Dahi o desinteresse que se observa em quasi todo o mundo pelas campanhas eleitoraes. Nellas o povo não encontra os grandes motivos ou os grandes themas humanos, accessíveis ao interesse geral, que, no seculo passado, davam á vida politica, nas suas phases agudas, a apparencia movimentada e dramatica. A medida que os problemas em debate se tornam complexos e pelo seu caracter tecnico, improprios a provocar nas massas a emoção, a opção publica passa a desinteressar-se do processo politico propriamente dito, só exigindo dos governos resultados que se traduzem effectivamente em melhoria do bem estar do povo. A opinião em todo o mundo entrou em estado de apathia ou de indifferença mais ou menos accentuada.

Acrescentem-se a este quadro as deficiencias e lacunas do systema da educação. É claro que, dada a natureza dos problemas que constituem hoje o objecto da politica, esta não pôde mais fazer-se a não ser mediante decisões tomadas com conhecimento de causa. Ora, a educação, por mais que se tenha generalizado a instrução primaria, ainda não constitue um bem ao alcance de todos, ou da maioria. O systema de educação em vigor em todo o mundo ainda é um systema mais ou menos fechado, accessível não somente a pequeno numero. A massa eleitoral continua em estado de ingenuidade em relação aos problemas capitães da politica e do governo. Mudaram os problemas e não se alterou o processo politico, ou, em outras palavras, a emoção continua a ser instrumento que as massas eleitoraes applicam aos problemas politicos, quando estes perderam o caracter dogmatico, proprio das grandes questões geraes e humanas, que apaixonavam as massas eleitoraes do seculo passado. A Constituição de 10 de novembro não fez mais, restringindo o uso do suffragio universal, do que aceitar uma situação de facto, hoje geral no mundo.

Não abandonou, porém, nem podia fazel-o, o suffragio universal. Reservou-lhe o papel proprio ou a função mais adequada á sua natureza. Ao suffragio universal são submetidas apenas as questões que são da sua competencia propria, questões essencialmente politicas, eminentemente politicas, collocadas em termos simples e geraes, susceptíveis de interessar realmente o povo e para cuja decisão não se exija da massa eleitoral senão a vista panoramica da vida politica.

#### Eleição do presidente da Republica

No caso de haver duas candidaturas presidenciaes, somente o suffragio universal poderá decidir a questão.

Trata-se, no caso, de um conflicto entre dois poderes eminentemente representativos: o presidente da Republica e o collegio eleitoral. A questão do poder terá, pois, de ser devolvida á sua fonte: sómente o suffragio directo e universal poderá decidir



de variados e variados conhecimentos e de varias técnicas. Da actividade do parlamento para a função legislativa resulta a falta de rendimento do seu trabalho. Não só o parlamento funciona a maior parte do tempo no vazio, fugindo, assim, á execução de uma tarefa acima das suas forças e que não pôde ser realizada mediante os defeituosos processos parlamentares, como, quando aborda a tarefa, o faz, a maior parte das vezes, de pontos de vista estranhos aos verdadeiros interesses em jogo, considerando as questões mais no plano do interesse politico ou das exigencias electorales, do que no seu plano proprio e adequado. Um corpo numeroso, constituído de varias tendencias, de grupos e até de matizes individuaes não reúne, evidentemente, os requisitos proprios a uma obra legislativa homogenea e consistente. E é o que se observa nos mais importantes documentos legislativos, bastando citar, como exemplo expressivo, a propria Constituição de 34, trabalhada, de modo apparente e manifesto, por varias e oppostas correntes, que quebraram, assim, o principal caracter de uma lei desse vulto — a sua unidade ideologica e tecnica.

Dahi o movimento geral em todo o mundo para retirar do parlamento a iniciativa da legislação e estender cada vez mais o campo da delegação de poderes. Não ha hoje obra legislativa importante que não tenha sido iniciativa do governo ou não seja o resultado de uma delegação do Poder Legislativo. Quasi toda a legislação recente na Inglaterra é feita por *Orders in Council* e *Departmental Regulations*, isto é, legislação pelo Executivo, mediante delegação de poderes.

Nos Estados Unidos, paiz em que sempre existiu a prevenção dos tribunaes contra a delegação, a legislação pelo Executivo, ou delegada, constitue hoje a massa mais importante da produção legislativa.

Não só em outros paizes a legislação directa pelo parlamento se mostrou impraticavel. Entre nós, os seus defeitos estão patentes a todas as vistas. O processo de crivar de emendas muitas vezes de caracter pessoal, um projecto de lei, é um processo corrente na forma parlamentar de legislação. Os grandes projectos, em que a unidade de principio e de tecnica é

qualidade capital, não possiam salír de um processo sem de formados, mutilados e imprestáveis.

A extensão e a prolixidade dos debates tornavam, abdo quasi todo o tempo útil das assembléas, de sorte que a obra legislativa não correspondia, pelo minguido volume, ao tempo e ao esforço que nella se gastavam. O Presidente observou, com a maior justeza, que a quasi totalidade dos projectos de iniciativa do governo ficaram durante annos parados nas commissões ou no plenário, a machina parlamentar confessando-se impotente para dar conta da parte capital da sua tarefa.

Sommando-se a esses inconvenientes e agravando-lhes os resultados, ha que acrescentar a futil liberdade concedida a qualquer membro do parlamento para tomar o tempo e a attenção dos seus pares com iniciativas de caracter puramente individual. A vontade de não se mostrar inactivo, ou antes, de manifestar aos electores o seu interesse pelo mandato, levava quasi todos os membros do parlamento a tomar iniciativas de legislação, que não contavam com nenhuma probabilidade de se transformarem em leis, sobrecarregando, apenas, inutilmente, o trabalho das commissões e as ordens do dia de plenário. A Constituição de 10 de novembro, reconhecendo o mal, deu-lhe o remedio. A iniciativa da legislação cabe, em principio, ao governo. A nenhum membro do parlamento é lícito tomar iniciativa individual de legislação. A delegação de poderes não só foi permitida, como se tornou a regra, pois a Constituição prescreve que os projectos de iniciativa do parlamento devem cingir-se a regular a materia de modo geral, ou nos seus principios, deixando ao governo a tarefa de desenvolver esses principios, e regular os detalhes.

### Evolução da democracia

A nova Constituição é profundamente democratica. Alíás a expressão democratica, como todas as expressões que traduzem uma attitude geral diante da vida, não tem um conteúdo definido, ou não connota valores eternos. Os valores implicitos na

expressão "democracia" variam com os tipos de civilização e de cultura. A democracia reinante no século XIX era fundada nos princípios e no estado de espirito que começaram a tomar-se explicitos no fim do século XVIII. Era uma attitudão de revolta contra a ordem estabelecida. Os seus valores, como os seus conceitos, eram de natureza polemica. As cartas politicas feitas sob a influencia desse clima de idéas reduziam-se a organizar a lucta dos cidadãos contra o poder. A parte capital das Constituições era a declaração de direitos e de garantias individuais. O grande inimigo era o poder, ou o governo, cuja acção se tornava necessario limitar estritamente. As constituições tinham um caracter eminentemente negativo: declaravam os limites do governo, ou o que ao governo não era fêcto restringir ou limitar, — e esta era, precisamente, a declaração das liberdades individuais. Essa concepção da democracia correspondia a um momento historico definido, em que o individuo só podia ser affirmado pela negação do Estado.

A transformação operada no mundo pelas grandes revoluções industriaes, technicas e intellectuaes mudou o clima politico. O conceito negativo da democracia não era mais adequado aos novos idéas da vida. A liberdade individual e as garantias não resolviam o problema do homem. Eram idéas negativas, que não garantiam aos individuos nenhum bem concreto, seja no dominio economico, seja no dominio moral, seja no dominio intellectual e politico. Numa época de profundas e radicaes modificações na technica da vida e de conquistas no dominio dos bens materiaes e moraes, o principal problema passava, necessariamente, a ser o de tornar os beneficios dessas transformações e conquistas accessíveis ao maior numero possível. Tratava-se, portanto, de inverter o conceito de democracia, próprio do século XIX. O problema constitucional não era mais o de definir negativamente a esphera da liberdade individual, mas organizar o poder ao serviço dos novos idéas da vida; não era mais o caso de definir, de modo puramente negativo, os direitos do individuo, mas attribuir aos individuos os direitos positivos por força dos quaes se lhes tornassem

accessíveis os bens de uma civilização essencialmente technica e de uma cultura cada vez mais extensa e voltada para o problema da melhoria material e moral do homem. Dahi o novo aspecto de que vieram a revestir-se as cartas constitucionaes. Ellas perderam o caracter negativo e polemico, assumindo, de modo eminente, um caracter positivo e constructivo. Na declaração de direitos, a parte negativa tende cada vez mais a restringir-se, ao mesmo tempo que o conceito do poder ou do Estado assume outra significação. O problema constitucional não é mais o de como prender e obstar o poder, mas o de criar-lhe novos deveres, e aos individuos novos direitos. O poder deixa de ser o inimigo, para ser o servidor, e o cidadão deixa de ser o homem livre, ou o homem em revolta contra o poder, para ser o titular de novos direitos, positivos e concretos, que lhe garantiam uma justa participação nos bens da civilização e da cultura.

#### A nova declaração de direitos

Os novos direitos constituem, por assim dizer, a substancia da declaração constitucional de direitos. Não se trata mais de uma declaração negativa da liberdade, que não dava outro direito ao individuo senão o de não ser incommodado pelo Estado. O individuo tem direito a serviços e bens, e o Estado o dever de assegurar, garantir e promover o gozo desses serviços e desses bens: o direito á actividade criadora; o direito ao trabalho; o direito a um padrão razoavel de vida; o direito á segurança contra os azares e os infortunios da vida — o desemprego, o acidente, a doença, a velhice; o direito a condições de vida sã, criando ao Estado o dever de administrar a hygiene publica, e, sobre todos, o direito á educação, sem cujo exercicio não é possível tornar accessível a todos o gozo dos demais bens da civilização e da cultura.

O direito á educação é, assim, o mais importante dos novos direitos, particularmente pelo conceito que a Constituição lhe attribue, não a considerando apenas como simples instrumento para um melhor gozo da vida, senão como meio de dar á vida

um sentido e um fim, orientação e direcção a todas as actividades sociais. Se essas ideias de vida é que constituem o verdadeiro conteúdo da democracia, as instituições democraticas não de ser transformadas no sentido de dar-lhes effectividade.

Em primeiro lugar, o poder do Estado ha de ser immensamente maior do que o poder atrophiado pelo conceito negativo da democracia do seculo XIX. Para assegurar aos homens o gozo dos novos direitos, o Estado precisa de exercer de modo effectivo o controle de todas as actividades sociais, — a economia, a politica, a educação. Uma experiencia centenaria demonstrou que o direito negativo de liberdade não dava realmente direito a nenhum desses bens, sem os quaes já não é hoje possível conceber a vida humana. O principio de liberdade deu em resultado o fortalecimento cada vez maior dos fortes e o enfraquecimento cada vez maior dos fracos. O principio de liberdade não garantiu a ninguém o direito ao trabalho, á educação, á segurança. Só o Estado forte pode exercer a arbitragem justa, assegurando a todos o gozo da herança communum da civilização e da cultura.

#### Poder Judiciario

Outra transformação é a operada pela Constituição de 10 de novembro nos poderes do Judiciario. Pela Constituição passada, como pela de 91, o Judiciario era arbitro irrecorrivel da constitucionalidade. Os inevitaveis processos de mudança e transformação, que conferem á nossa civilização um caracter profundamente dynamico, eram frequentemente obstados por uma interpretação orientada por criterios puramente formaes, ou inspirados na evocação de um mundo que já morrera. Sob a interpretação, e dissimulados pela sua apparellagem tecnica e dialectica, o que existia, muitas vezes, era uma doutrina, um dogma, ou um ponto de vista preconcebido, ou uma attitude philosophica em relação á vida economica, politica ou social. Acontecia, assim, que, na phrase de Oliver Holmes, os tribunates

transformavam a Constituição na Estatística Social de Spencer, lendo-a e interpretando-a através dos seus preconceitos philosophicos.

Ora, a interpretação não dispõe de processos objectivos e infalliveis e, por isto mesmo, está sujeita á influencia do efficiente pessoal do juiz. Não ha, portanto, nenhuma razão para aceitar como decisiva ou definitiva, no plano em que se acham em jogo os maiores interesses da nação, uma interpretação que não dá nenhuma garantia objectiva do seu acerto. Aos juizes não será, em consequencia, permitido, a pretexto de interpretação consitutional, decretar como unica legitima a sua philosophia social ou a sua concepção do mundo, desde que essa philosophia ou concepção obstrua os designios economicos, politicos ou sociais do governo, em beneficio da Nação.

#### Direito de voto

A ultima transformação imposta pelo novo conceito da democracia é a operada sobre o mytho do suffragio universal.

E' evidente que, os novos ideaes democraticos, augmentando a area de acção do Estado e exigindo delle um controle mais directo da vida nacional, os problemas do governo tendem a tornar-se cada vez mais difficeis e complexos.

O suffragio universal mostra-se, dessa maneira, um meio improprio á afferição e á critica das decisões politicas. Estas passam-se em regiões remotas ou inacessiveis á competencia ordinaria do corpo eleitoral. O problema actual não é, pois, o de extender o suffragio, seja attribuindo o direito de voto a todo mundo, seja submettendo á competencia do eleitorado todos os problemas de governo. Trata-se, ao contrario, de organizar o suffragio, reduzindo-o á sua competencia propria, que é a de pronunciar-se apenas sobre o menor numero de questões, e particularmente apenas sobre as questões mais geraes e mais simples.

### Carácter democrático da Constituição

A Constituição de 10 de novembro attende, de modo cabal, as transformações que, em nosso século, se encontram em via de rápida realização, nos ideaes e nas instituições democraticas.

É bastante verificar a função por ella reconhecida ao suffragio universal, a limitação do poder dos juizes de declarar a inconstitucionalidade das leis, e os capitulos relativos á ordem economica e á educação e cultura. Por sua vez, conferindo o poder supremo ao Presidente da Republica, colloca-o em contacto directo com o povo, não sendo possível ao presidente descarregar sobre outros órgãos do poder as graves responsabilidades que a Constituição lhe dá, em consequencia dos poderes e prerogativas que lhe são attribuidos.

O Presidente é o chefe responsavel da Nação e só poderá exercer as enormes prerogativas da presidencia si contar com o apoio e o prestígio do povo, precisando, para isto, de apellar frequentemente para a opinião, e tendo, assim, o seu mandato um caracter eminentemente democratico e popular.

### A machina administrativa

Si o Estado amplia o seu controle sobre todas as forças nacionaes, é claro, para que a sua acção seja eficaz, se torna necessario que elle disponha de uma machina de governo capaz, flexivel e de rendimento correspondente ás suas responsabilidades. A construcção constitucional da machina do governo propriamente dita é simples e pratica. Tinha ella é construida em torno de uma idéa central, favoravel á acção eficaz do governo: o governo gravita em torno de um chefe, que é o Presidente da Republica. A este cabe dar a impulsão ás iniciativas dos demais órgãos do governo. O instrumento capital do governo é, porém, a administração. Cumpre, pois, que a machina administrativa seja regulada segundo o mesmo methodo que presidia á organização do governo. A machina admini-

strativa deve ser prompta, capaz e responsavel. Organizada para a acção, não pôde despesar-se em movimentos desordenados, perder-se em perplexidades ou desbaratar o tempo e o dinheiro, repetindo em cada sector serviços que deviam ser concentrados em um só. O principio da concentração de serviços da mesma natureza em um só departamento é um principio de effigienca e de economia.

O recrutamento do pessoal administrativo deve obedecer a normas inflexiveis de capacidade e de interesse publico, não podendo o serviço publico ser considerado como reserva destinada a alimentar uma incontentavel clientela eleitoral.

A estabilidade do pessoal não deve excluir a responsabilidade, nem impedir a realização do bem publico. O serviço publico não é organizado para o funcionario, mas para o povo ou para a Nação. Não pôde haver garantias contra o interesse publico. O interesse publico ha de dictar o ingresso do funcionario na carreira e o seu afastamento do serviço. Do mesmo modo que o governo se organiza em torno do chefe do Estado, cada departamento ou sector da administração deve organizar-se em torno do chefe. Este, o principio de autoridade e de responsabilidade, sem o qual não pode haver governo e administração da coisa publica. Assim como os individuos organizam a administração dos seus negocios, assim deve a Nação organizar a dos seus interesses.

O regime liberal, que approvava os methodos da administração privada, fundados no principio da autoridade e da responsabilidade, quando se tratava do interesse publico, achava que este podia ser administrado mediante processos chaoticos ou pela incompetencia do suffragio. Si o liberalismo achava que o suffragio era o melhor meio de designar um governo competente, por que não o applicava á administração dos interesses privados? E' que, para o liberalismo, o importante, o capital era o individuo: o collectivo, o publico era apenas um acervo de interesses sem dono e destinado, portanto, a ser distribuido entre os mais activos e emprehendedores, isto é, os demagogos, os agitadores e os manipuladores subrepticios ou clandestinos da opinião.

### Liberdade

Um dos pontos essenciais do regime é a definição da liberdade. Sua importância, porém, tem sido meridianamente proclamada. Importância, porém, só de palavras.

Com o falso pretexto da liberdade, criaram-se os poderes irresponsáveis que, aproveitando-se da chance ou das circunstâncias favoráveis, estabeleceram o seu domínio sobre a nação, — domínio económico, mediante as numerosas organizações escuras, e domínio político, mediante as arrematadas peritórias em que o princípio democrático não era observado. Essas organizações, criadas fóra do Estado, enfraqueceram-lhe o poder e passaram a exercer um verdadeiro poder de natureza pública, em proveito de interesses privados. Os fracços, os desprotegidos, e entre estes se deve contar o interesse nacional, ficaram com a liberdade nominal, e effectivamente sem nenhum direito.

No regime liberal organizou-se um novo feudalismo económico e político.

Somente o Estado, porém, está em condições de arbitrar ou de exercer um poder justo. Elle representa a Nação, e não é o instrumento dos partidos e das organizações privadas.

O regime corporativo não exclue a liberdade; apenas torna justo o seu exercício.

A collectividade, até agora, era uma entidade anonyma e abstracta. Cumpre que seja uma realidade concreta e definida, offerecendo ao individuo um quadro dentro do qual o exercício da liberdade seja garantido e tenha sentido.

A organização não opprime nem opprime a liberdade individual. limita-a, para melhor defendê-la, assegurando-a contra o arbitrio das organizações fundadas no interesse de grupos constituidos, á sombra da anarchia geral, sobre a base do interesse privado.

O poder económico e o poder financeiro não podem continuar a ser poderes arbitrarios. Cumpre que se exerçam no sen-

tido do interesse geral. Ao governo dos particulares se atribuirá o governo do publico.

Postular a liberdade simples é postular a tova. É necessário que sejam postuladas ao mesmo tempo a liberdade e a justiça, ou antes, a liberdade como exercício de um poder justo.

Lacordaire resumiu numa phrase lapidária a critica ao liberalismo: "Em toda sociedade em que ha fortes e fracos, e a liberdade que escraviza e é a lei que liberta."

### Liberalismo, marxismo, corporativismo

O liberalismo politico e economico conduz ao communismo. O communismo funda-se, precisamente, na generalização á vida economica dos principios, das technicas e dos processos do liberalismo politico.

Toda a dialectica de Marx tem por presupposto essa verdade: a continuação da anarchia liberal determina, como consequencia necessaria, a instauração final do communismo.

Marx não podia, porém, prevêr a revolução operada no pensamento politico do seculo XX. A revolução politica impediu a revolução communista. O grande pensamento politico, affirmativo e organico, que se substituiu ao scepticismo liberal, interrompeu o processo de decomposição, que Marx postulava como necessario e fatal. Supprimidas as condições criadas pelo liberalismo á implantação do communismo, o marxismo perdeu a actualidade, passando ao rol das theorias caducas em que foi tão fertil o seculo XIX.

O corporativismo mata o communismo como o liberalismo gera o communismo. O corporativismo interrompe o processo de decomposição do mundo capitalista previsto por Marx como resultante da anarchia liberal. As grandes revoluções politicas do seculo XX desmentiram a prophécia de Marx e desmoralizaram a dialectica marxista. A vontade dos homens e as suas decisões podem, portanto, pôr termo á supposta evolução necessaria do capitalismo para o communismo. Essa evolução



para com o fim que o mundo contemporaneo prescreve a liberdade liberal do seculo passado.

O corporativismo, inimigo do communismo e, por consequencia do liberalismo, é a barreira que o mundo de hoje oppõe á inundação moscovita. Inimigo do liberalismo não significa inimigo da liberdade. Ha para esta lugar na organização corporativa.

A liberdade na organização corporativa é limitada em sua pericite e garantida em profundidade. Não é a liberdade do individualismo liberal, mas a liberdade da iniciativa individual, dentro do quadro da corporação. A corporação, que representa uma determinada categoria da produção, tem, igualmente, a sua liberdade, e a do individuo é limitada por ella. A organização corporativa é a descentralização economica, isto é, o abandono pelo Estado da intervenção arbitrária no dominio economico, da burocratização da economia (primeiro passo avançado para o communismo), deixando á propria produção o poder de organizar-se, regular-se, limitar-se e governar-se. Para isto é necessario que o Estado delegue funções de poder publico ás corporações. A descentralização pelas corporações não implica, pois, indiferença do Estado pela economia. Cada corporação representa um sector da economia nacional. Só, porém, o Estado, que não tem interesse particularista, está em condições de representar o interesse nacional e de exercer, portanto, a arbitragem entre os interesses de categorias ou de sectores. O Estado assiste e superintende, só intervindo para assegurar os interesses da Nação, impedindo o predomínio de um determinado sector da produção, em detrimento dos demais.

O Estado é a justiça; as corporações, os interesses. Nos quadros do Estado, só os interesses justos encontram protecção.

O liberalismo economico é, precisamente, o antipoda. A liberdade é simplesmente a liberdade individual, e, como sem a justa arbitragem a medida da liberdade é a força, a liberdade individual era a liberdade para os fortes, ou liberdade dos "gangsters".

A vida economica não tinha outro regulador a não ser a vontade dos fortes, isto é, daquelles que, graças á espiação ou ás conjuncturas favoraveis do livre jogo economico, logaram constituir o seu feudo. A livre concorrência era um corrido sem fim para objectivos puramente individuais. Num mesmo sector da produção podiam affluir, ao mesmo tempo, capital e trabalho em proporção superior ás necessidades do consumo, ao passo que outros ramos de produção util e necessaria, á mingua de recursos, não correspondiam ás exigências do mercado. Aggravando os males da concorrência anárquica, os poderes financeiros, interessados exclusivamente na especulação, estimulavam, com a mira tão somente nos resultados imediatos, a inversão de capitales, sem attenção ás necessidades da produção, e, assim, distribuiam o credito não na conformidade dos interesses da economia nacional, mas na dos seus proprios interesses.

A livre concorrência transformava-se, dessa maneira, numa corrida desordenada para a crise. Sobrevinda esta, os poderes financeiros, cuja assistencia se tornava então mais necessaria, retrahiam-se e procuravam liquidar as suas carteiras. O capital fixo, porém, não se podia desinvestir com a mesma facilidade com que se investira. No momento do panico, aquelles que o produziram e que se mostram intransigentes em relação ao dogma da livre concorrência, voltavam-se para o Estado e entregavam-se á sua tutela improvisada, pedindo o resarcimento, á custa da Nação, dos prejuizos de uma aventura em que, para embarcar, não se lembraram de pedir ao Estado os competentes passaportes. Sob a pressão dos interesses politicos e electoraes, estreitamente ligados á finança, o Estado tomava sobre si os prejuizos, distribuindo pela economia nacional as consequencias das loucuras individuais de alguns aventureiros.

Dahi os tumores de fixação, formados na economia nacional, e que tendiam a tornar-se órgãos permanentes dessa economia, continuando a viver do trabalho daquelles a quem não tocava nenhuma parte nos lucros da especulação, si esta desse resultados positivos.

A organização corporativa garante a liberdade de iniciativa de uns, nos limites em que não prejudica igual liberdade de iniciativa de outros, e, sobretudo, nos limites em que a liberdade individual não constitue attentado contra o bem commun.

No Estado liberal, o economico governava a Nação atraz dos basidores, isto é, sem responsabilidade, porque o seu poder não tinha expressão legal, e por intermedio exactamente dos interesses mais suspectos, porque de ordem exclusivamente financeira.

Na organização corporativa, o poder economico tem expressão legal: não precisa negociar e corromper, insinuar-se nos interesses ou usar de meios obliquos e clandestinos. Tendo o poder, tem a responsabilidade, e o seu poder e a sua responsabilidade encontram limite e sancção no Estado independente, autoritario e justo.

### Educação

O que chamamos de educação tem-se limitado á transmissão de processos e de technicas intellectnaes e, em escala ainda muito reduzida, ao treinamento para determinadas profissões.

A educação moral e civica tem sido antes uma occasião para rhetorica, reduzindo-se a dissertações relativas á formação do caracter, sem contudo precisar o que se entende de modo definido por essa expressão de contornos indeterminados. Si ha alguma finalidade além da aquisição de conhecimentos e de technicas, é uma questão a que o nosso systema educativo não responde, porque não a julga incluída no seu "syllabus".

Em um systema educativo puramente intellectualista e de fundo liberal, todas as theorias e crenças são objecto de discussão; não ha, porém, obrigação de acceptar nenhuma. Cada qual pode escolher a sua especialidade, a sua profissão, ou a sua technica, sem cogitar de como inserirá o patrimonio assim adquirido no contexto social, qual a attitude em relação á vida e quaes os typos de conducta que não interessam apenas ao ponto de vista do egoismo profissional.

### O Estado Nacional

A educação não tem o seu fim em si mesma, e um processo destinado a servir a certos valores e presuppõe, portanto, a existencia de valores sobre alguns dos quaes a discussão não pode ser admittida.

A liberdade de pensamento e de ensino não pode ser confundida com a ausencia de fins sociais postulados á educação, a não ser que a sociedade humana fosse confundida com uma academia de anarchistas, reduzidos a uma vida puramente intellectual e discursiva.

Por mais extensa que seja a liberdade de discussão ha de chegar um momento em que na trama do pensamento se insinua a crença, a fé ou o dogma. A propria liberdade, por mais numerosos e fortes que sejam os argumentos em seu favor, e em ultima analyse, um dogma, porque só a estimam e a procuram aquelles que a julgam um bem.

O capitulo dedicado á educação e á cultura collocou nesses termos o problema da educação, e, entre as attribuições privativas da União, encontra-se a de traçar as diretrizes a que deve obedecer a formação physica, intellectual e moral da infancia e da juventude.

A Constituição prescreve a obrigatoriedade da educação physica, do ensino civico e de trabalhos manuaes, e attribue ao Estado, como seu primeiro dever em materia educativa, o ensino prevocacional e profissional, destinado ás classes menos favorecidas, cabendo-lhe ainda promover a disciplina moral e o adestramento da juventude, de maneira a preparal-a ao cumprimento de suas obrigações para com a economia e a defesa da Nação.

Nos termos em que a carta constitucional define esse conjunto de normas para a educação, a escola integra-se no sentido organico e constructivo da collectividade, não se limitando ao simples fornecimento de conceitos e noções, mas abrangendo a formação dos novos cidadãos, de accordo com os verdadeiros interesses nacionais.

O ensino é, assim, um instrumento em acção para garantir a continuidade da Patria e dos conceitos civicos e moraes que nella se incorporam. Ao mesmo tempo, prepara as novas gera-



A Constituição atende ás realidades do Brasil. Attende de tal maneira que se diria que, no Brasil, toda vez que se tentava fundar um governo de verdade, as tentativas de governar tinham sendo feitas nas linhas da actual Constituição.

A Constituição de 10 de novembro não é agnóstica. Ella reconhece idéas e valores, e retira-os do forum da livre discussão. São valores indiscutíveis, porque constituem condição da vida nacional. Si, com isto, um futil intellectualismo é privado do prazer de dansar em publico com certas idéas elegantes e suspeitas, a Nação ganha em substancia, em consciencia de si mesma, em tranquillidade, bem estar e segurança.

## PROBLEMAS DO BRASIL E SOLUÇÕES DO REGIME

Verdadeiro sentido do 10 de novembro — O regime e a consciencia nacional — Democracia substantiva e democracia formal — Processo da eleição presidencial — Responsabilidade do chefe de Estado — Limites da irretroactividade das leis — Competencia do Conselho da Economia Nacional — Legislação directa e legislação delegada — Composição da Camara dos Deputados — As prerogativas dos Estados — Função publica da Imprensa — Restrições ao poder legislativo do Parlamento — O julgamento plebiscitario — Declaração da inconstitucionalidade das leis.

Entrevista concedida á Imprensa, em janeiro de 1938.